

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

WESLEY VITOR DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE VITÓRIA**

VITÓRIA
2017

WESLEY VITOR DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Linha de Pesquisa “Gestão de Operações no Setor Público”.

Orientador: Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho.

VITÓRIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi – CRB-6 ES-43

Silva, Wesley Vitor da, 1987-

S586e Estratégias do movimento estudantil nas políticas públicas de transporte na Região Metropolitana da Grande Vitória / Wesley Vitor da Silva. – 2017.

96 f. : il.

Orientador: Duarte de Souza Rosa Filho.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Políticas públicas – Vitória, Região Metropolitana de (ES).
2. Movimentos estudantis. 3. Poder (Ciências Sociais). I. Rosa Filho, Duarte de Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35


WESLEY VITOR DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Linha de Pesquisa “Gestão de Operações no Setor Público”.

Aprovado em 21 de dezembro de 2017.

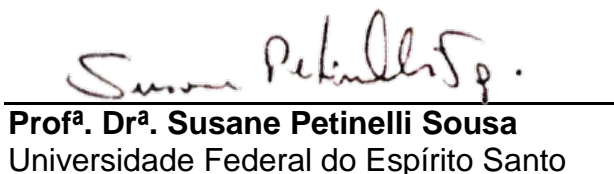
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador



**Prof^a. Dr^a. Marilene Olivier Ferreira de
Oliveira**
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof^a. Dr^a. Susane Petinelli Sousa
Universidade Federal do Espírito Santo

À minha mãe Neuza, a qual sempre acreditou que eu pudesse ir além, por sua demonstração de força ao longo da vida.

À minha esposa Lauriete, pelo apoio, amor e paciência.

"La verdad libera ya las mentes se despejarán para ponerle fin a toda la brutalidad."

(Alika e Nueva Alianza, 2014)

RESUMO

O Movimento Estudantil (ME) é um ator social importante no debate de políticas públicas de transporte. Este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa que teve por objetivo compreender os movimentos orgânicos e reivindicatórios dos estudantes enquanto atores sociais no processo de formação de políticas públicas de transporte na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), por meio da utilização de estratégias políticas. Para embasar teoricamente esta pesquisa foram apresentados conceitos sobre formação de políticas públicas, participação social, recursos de poder e estratégias políticas. De maneira a compreender a evolução das bandeiras do ME e identificar suas estratégias políticas, procedeu-se a coleta e tratamento dos dados primários e secundários. A coleta de dados primários se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e secundários por pesquisas bibliográfica e documental, que buscou elucidar o problema proposto sobre como se dá a utilização das estratégias políticas pelo ME na formação de políticas públicas de transporte na RMGV. Após as análises, foram identificados os momentos de crise ocorridos em 2011, 2013 e 2015 que serviram de pano de fundo a atuação do ME. Em relação aos atores sociais envolvidos em políticas públicas de transporte na RMGV, foram identificados e analisados seus recursos de poder e suas estratégias políticas. Verificou-se que o movimento estudantil utiliza-se principalmente de estratégias conflitivas, e que seus objetivos nem sempre são alcançados. Portanto, a partir da perspectiva da linha de pesquisa em Gestão de Operações no Setor Público, que busca compreender a importância da qualidade nas operações de serviços e estuda a importância do planejamento no setor público por meio de elaboração de projetos, foram apresentadas, como produto final deste trabalho, proposições que visam indicar ao ME formas alternativas de acesso aos recursos de poder e uso de estratégias políticas para empoderamento dos estudantes enquanto atores sociais e melhor efetividade na formação de políticas públicas de transporte na RMGV.

Palavras chave: Políticas Públicas. Movimento Estudantil. Recursos de Poder. Estratégias Políticas.

ABSTRACT

The Student Movement (ME) is an important social actor in the debate on public transport policies. This work is the result of a qualitative research that aimed to understand the organic movements and demands of the students as social actors in the process of formation of public transportation policies in the Metropolitan Region of Greater Vitória (RMGV), through the use strategies. To theoretically base this research were presented concepts about public policy formation, social participation, power resources and political strategies. In order to understand the evolution of the ME flags and identify their political strategies, the primary and secondary data were collected and processed. The primary data collection was done through semi-structured and secondary interviews through bibliographical and documentary research, which sought to elucidate the proposed problem of how the use of political strategies by the ME in the formation of public transport policies in the RMGV is given. After analyzes, the moments of crisis that occurred in 2011, 2013 and 2015 were identified as the background to the ME's performance. In relation to the social actors involved in public transportation policies in the RMGV, their power resources and their political strategies were identified and analyzed. It was verified that the student movement is mainly used of conflicting strategies, and that its objectives are not always reached. Therefore, from the perspective of the line of research in Operations Management in the Public Sector, which seeks to understand the importance of quality in service operations and studies the importance of planning in the public sector through project preparation, were presented as a product end of this work, propositions that indicate to the ME alternative forms of access to resources of power and use of political strategies for the empowerment of students as social actors and better effectiveness in the formation of public transport policies in the RMGV.

Keywords: Public Policies. Student Movement. Power Resources. Political Strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da dissertação	22
Figura 2 - Sujeitos da pesquisa	29
Figura 3 - Capa do Jornal A Gazeta – 03.06.2011	55
Figura 4 - Matéria do Jornal A Gazeta – 04.06.2011.....	56
Figura 5 - Matéria do Jornal A Gazeta – 28.06.2011.....	57
Figura 6 - Matéria do Jornal A Gazeta – 30.12.2016.....	59
Figura 7 - Matéria do Jornal A Gazeta – 01.06.2017.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Meios táticos e estratégicos	49
Quadro 2 – Conceitos dos meios táticos e estratégicos segundo Matus	50
Quadro 3 – Evolução dos preços aplicados na tarifa do sistema Transcol	60
Quadro 4 – Atores sociais e meios táticos e estratégicos no CGTRAN/GV	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGTRAN/GV	Conselho Gestor dos Sistemas de Transporte Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória
COMDEVIT	Conselho Metropolitano de Desenvolvimento Urbano da Grande Vitória
COTAR	Conselho Tarifário da Grande Vitória
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ES	Estado do Espírito Santo
FABUS	Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus
FAMOPES	Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo
Fecomércio-ES	Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo
Findes	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Governo ES	Governo do Estado do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
ME	Movimento Estudantil
NCST-ES	Nova Central Sindical de Trabalhadores do Espírito Santo
ONG	Organização não Governamental
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SETADES	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
SETOP	Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas
Sindirodoviários-ES	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo

Transcol	Sistema Intermunicipal de Transporte Urbano da Grande Vitória
UBES	União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UESES	União de Estudantes Secundaristas do Espírito Santo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1. INTRODUÇÃO.....	14
1.2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	16
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.4. JUSTIFICATIVAS	17
1.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	18
1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	23
2.1. ABORDAGEM E OS TIPOS DE PESQUISA	23
2.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
2.3. SUJEITOS DA PESQUISA	28
2.4. A FORMA DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	31
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
3.1. FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	34
3.2. ATORES SOCIAIS E RECURSOS DE PODER	37
3.3. OS ANSEIOS E BANDEIRAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO	39
3.4. A ESTRATÉGIA POLÍTICA	45
3.5. MEIOS ESTRATÉGICOS	48
4. ANÁLISES DAS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	52
4.1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS MOMENTOS DE CRISE NA RMGV....	52
4.2. DESCRIÇÃO DOS ATORES MEMBROS DO CGTRAN/GV	61
4.3. MEIOS ESTRATÉGICOS DOS MEMBROS DO CGTRAN/GV	63
4.3.1. Representantes Governamentais.....	63
4.3.2. Representantes das Empresas da Iniciativa Privada.....	66

4.3.3. Representantes da Sociedade Civil Organizada	68
4.3.4. Movimento Estudantil	70
4.4. ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS COMPOSIÇÕES DE PODER.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. PRODUTO FINAL	79
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES	84

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicia-se este trabalho descrevendo e apresentando sua introdução, o contexto, o problema de pesquisa e os objetivos que o norteiam de forma geral e específicas. Delimita-se também o problema e sua relevância para o contexto social e político do Estado do Espírito Santo (ES). Elenca-se a metodologia empregada para consecução da pesquisa e apresenta-se a fundamentação teórica de discussão do tema. Posteriormente, tecem-se considerações finais e faz-se uma indicação de produto final para empoderamento dos atores sociais das políticas públicas, em particular o movimento estudantil capixaba.

1.1. INTRODUÇÃO

As funções do poder público sobre as diversas demandas sociais são, cada vez mais crescentes, porém o Estado não possui, por si só, o monopólio na formulação e execução das políticas públicas na atualidade. Há diversos outros atores sociais que participam de processos decisórios modificadores de políticas públicas, desde a discussão inicial até a sua implementação. Forma-se uma complexa rede de interação entre políticos eleitos, partidos, acadêmicos, movimentos sociais, meios de comunicação e outros atores, que agem de maneira simultânea para a efetivação de políticas públicas, como elucida Subirats (1991, p. 5).

A formulação de políticas públicas e a observação dos fenômenos sociais são muito complexas, conforme afirma Pont Vidal (1998). De acordo com Furtado, Sakowski e Tóvolli (2015) as definições de políticas não são lineares, e como tal não devem ser vistas como uma relação única de causa-efeito, mas sim como relações complexas de interações, evoluções e adaptações. Portanto, toda análise de políticas públicas deve levar em consideração a complexidade que as mesmas exigem.

Com referência à obra de Pont Vidal (1998), pode-se inferir que a análise dos atores sociais e sua atuação propriamente dita são complexas, pois deve levar em consideração vertentes e possibilidades pouco estudadas. Paralelamente, os estudos relacionados à atuação do movimento estudantil no Brasil também são

escassos, e normalmente propõem análises da sua atuação no período entre os anos de 1960 e 1982, época da ditadura militar no país.

Essa complexidade se coloca como uma barreira aos movimentos sociais, pois estes grupos precisam se apropriar de conhecimento técnico e científico para debater políticas públicas frente a frente com gestores públicos e executivos preparados para o embate político. Essa dificuldade aumenta exponencialmente quando se trata da atuação do movimento estudantil, visto que é composto por jovens, em parte sem formação técnica ou profissional, o que limita a capacidade cognitiva e de negociação destes atores sociais.

Mesmo assim, em pleno século XXI, nota-se que os temas de discussão do ME são tão diversos quanto os temas debatidos no movimento social brasileiro. Há demandas estudantis por qualidade do ensino, mas também há debates sobre segurança, saúde e transporte público, além de outros temas diversos e fundamentais para a sociedade. Dentro da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) são observados sinais de uma forte organização interna do movimento estudantil, tanto por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) quanto dos diversos Centros e Diretórios Acadêmicos estudantis presentes na universidade.

Os estudantes da Ufes realizam, dentro da instituição, debates sobre qualidade na educação brasileira, expandindo o espectro destes debates para problemas sociais como déficit habitacional, segurança na universidade, mobilidade urbana e fenômenos sociais como o 'feminicídio'. Especificamente sobre transporte público, o ME da Ufes concentra seus esforços na implementação do chamado '*passage livre*', ou '*tarifa zero*', manifestações que marcam a luta social promovida pelo movimento estudantil capixaba.

Mesmo com todos os problemas enfrentados no dia a dia, o ME capixaba tem participado ativamente de protestos realizados em torno da universidade e na capital do Estado do ES, seja por meio de passeatas e mobilizações populares, ou por meio de enfrentamento e combate direto ao Governo do Estado em reivindicações voltadas às políticas públicas de transporte da RMGV. A maior parte destas reivindicações tem início dentro da Ufes e é mobilizada pelo DCE da universidade.

Entretanto, as evidências mostram que apesar destes sinais e da relevância dos debates sobre políticas públicas para a sociedade, poucos são os resultados efetivos destas ações, uma vez que, mesmo ocorrendo protestos sistemáticos nas ruas da capital, as tarifas do transporte público tendem a aumentar anualmente na RMGV; e não há avanços na melhoria da qualidade do serviço de transporte público, ou ao menos, esses avanços não são sentidos pela população capixaba.

1.2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Um dos motivos que explicaria a ausência de resultados nas manifestações do ME capixaba pode residir na assimetria de poder e de força, quando comparados ao Governo do Estado e aos diversos outros atores que participam nas decisões ligadas às políticas públicas de forma geral. Há também a falta de informação qualificada, pela dificuldade de acesso às mesmas por parte dos movimentos sociais, gerando assimetria de informação e a consequente disparidade nos recursos de poder dos atores envolvidos nos debates de políticas públicas. É esse debate que conduz à discussão do problema deste trabalho.

Sabe-se que existe um número indeterminado de barreiras e obstáculos a serem superados pelo movimento estudantil em sua busca por avanços sociais, mas também, é óbvio que para cada tipo de avanço social desejado é necessária a construção de uma estratégia planejada, capaz de conduzir as decisões e direcionar as ações do ME para um objetivo sincronizado.

A partir disto, o questionamento orientador dessa pesquisa foi entender:

Como se dá a participação e quais as principais estratégias políticas do Movimento Estudantil na formação de políticas públicas de transporte na Região Metropolitana da Grande Vitória?

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir da contextualização do problema foi elaborado o objetivo geral da pesquisa, qual seja:

Compreender os movimentos orgânicos e reivindicatórios dos estudantes enquanto atores sociais no processo de formação de políticas públicas de transporte na RMGV, por meio da utilização de estratégias políticas.

Por decorrência surgiram os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a composição e os atores sociais envolvidos em políticas públicas de transporte no Conselho Gestor dos Sistemas de Transporte Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV);
- Identificar os momentos de crise e eventos chaves de atuação do Movimento Estudantil na formação de políticas públicas de transporte;
- Analisar as estratégias políticas e recursos de poder dos atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de transporte da RMGV.

1.4. JUSTIFICATIVAS

O poder público possui a prerrogativa de implementar as políticas públicas, o que por si só gera desequilíbrio de poder quando se comparam as relações entre poder público e sociedade, seja ela organizada ou não. Este desequilíbrio de poder é minimizado com a atuação de movimentos sociais diversos, que representam parcelas da sociedade na disputa por melhorias da qualidade de prestação dos serviços públicos ofertados aos cidadãos, prestados pelo poder público, mas por vezes delegados à iniciativa privada.

Os movimentos sociais são pouco estudados frente a outros temas na produção científica, como é muito bem observado por Gohn (2008), mas estes possuem relevância quando se analisam as transformações políticas e econômicas de diversos países, inclusive no Brasil.

Olhando para os movimentos estudantis, menos ainda se debate ou estuda de maneira científica como sua organização e atuação contribuem para a sociedade. Apesar da pouca literatura sobre esse movimento, a obra de Hardt e Negri (2005) trata de massas disformes que se unem por meio de redes e em dado momento se

voltam contra o governo em prol de um objetivo comum, tendo, por vezes, como resultado levantes populares e revoltas. Portanto a análise do ME tem relevância para contribuição à ciência, de maneira a assistir em segundo plano com a própria organização atual desse movimento e revelar evidências históricas sobre a participação social e mobilização em massa.

A universidade é um espaço de aprendizagem técnica, mas também de formação política e social. Essa formação passa por práticas para além dos bancos escolares e transcende até mesmo os muros do ambiente acadêmico. Como um laboratório de prática política, o movimento estudantil possui relevância histórica no Brasil e no Estado do Espírito Santo (ES). Sua importância é destacada por Machado (2013, p. 15) ao analisar que o movimento estudantil,

[...] se constituiu em décadas passadas como uns dos fenômenos sociais por excelência. Os atores sociais envolvidos construíram novos sentidos sobre o espaço universitário ao articularem interesses acadêmicos e políticos para atender a uma expectativa coletiva.

Apesar da importância deste movimento, verifica-se na prática que suas ações e manifestações não são totalmente efetivas para influenciar as políticas públicas. Dessa forma, este trabalho pode colaborar, em forma de produto final, com proposições de estratégias alternativas de atuação ao movimento estudantil, objetivando o alcance dos recursos de poder como forma de empoderamento do ME enquanto ator social na formação de políticas públicas.

1.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A participação da sociedade em geral em movimentos sociais e estudantis é baixa, visto que as mobilizações atuais contam com poucas adesões, e a sociedade, de modo geral, vê o ME como foco de baderna e mobilização sem resultado. Entretanto essa mobilização já teve mais visibilidade na sociedade, a ponto de ser reprimida pelo movimento empresarial e pela ditadura militar no Brasil, que como é conhecimento público, perseguiu, capturou, torturou e até matou líderes do movimento estudantil. A importância desse movimento e suas transformações podem ser compreendidas ao se verificar a história do Brasil em suas diversas regiões e Estados.

As universidades, principalmente as da esfera pública, foram e são espaços importantes para desenvolvimento e construção do movimento estudantil, e, portanto, são ambientes propícios a serem analisados. Estudar toda construção social do ME no Brasil, mesmo com foco nas políticas públicas de transporte, é um longo trabalho, que inclusive demandaria anos de pesquisas. Como este trabalho se trata de uma dissertação de mestrado faz-se necessário delimitar sua abrangência.

Ao propor a execução de uma análise das estratégias do movimento estudantil capixaba na formulação de políticas públicas de transporte na RMGV, este trabalho busca contribuir com elementos que demonstrem as limitações e dificuldades do ME relacionadas com as estratégias de atuação escolhidas, e propor formas alternativas de intervenção a partir de novas táticas que aumentem a eficácia de suas ações de maneira geral. Decidiu-se por delimitar o foco da atuação do ME no Conselho Gestor dos Sistemas de Transporte Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV), conselho formalmente instituído pelo Governo do ES pela Lei Estadual nº 9.757, de 16 de dezembro de 2011 (ESPÍRITO SANTO, 2011) para reunião dos atores de políticas públicas do Sistema Intermunicipal de Transporte Urbano da Grande Vitória (Transcol). A Região Metropolitana da Grande Vitória compreende o espaço territorial conformado pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

A escolha temporal se deu com base na identificação dos momentos de crise nas recentes manifestações por melhorias do transporte público no ES, ocorridos a partir do ano de 2011 até o ano de 2017.

Para melhor delimitação da pesquisa foi escolhido o Estado do Espírito Santo, pertencente à Região Sudeste do Brasil, para se analisar os recursos de poder e estratégias políticas entre o poder público, na figura do Governo do Estado do Espírito Santo (Governo) e suas políticas públicas de transporte metropolitano, as empresas da iniciativa privada, sindicatos e representantes da sociedade civil organizada que participam do conselho de transporte, e o movimento estudantil, representante ativo dos movimentos sociais nas discussões sobre transporte público, dentre outras frentes que não serão tratadas neste trabalho.

A Universidade Federal do Espírito Santo é uma instituição pública de referência na concentração dos movimentos estudantis. Por ser a Ufes a única universidade federal pública no ES e dado sua importância e relação direta com o movimento estudantil capixaba, a instituição torna-se parte do cenário desta pesquisa.

Os estudantes assumem aqui um papel de representação da sociedade frente ao governo estadual no debate das políticas públicas de transporte na RMGV. São estes estudantes os responsáveis por ecoarem as vozes de milhares de cidadãos capixabas que utilizam diariamente os ônibus como principal meio de transporte coletivo metropolitano, mesmo que muitos destes cidadãos reclamem quando da ocorrência das manifestações estudantis.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos. Trata-se neste Capítulo 1 destas considerações iniciais, que contemplam uma visão inicial da dissertação e os elementos de pesquisa, a saber: introdução, descrição do problema, objetivo geral, objetivos específicos, justificativas e delimitação da pesquisa.

O Capítulo 2 aborda os aspectos metodológicos utilizados para desenvolvimento do trabalho, contendo a abordagem e os tipos da pesquisa, os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, os sujeitos da pesquisa e a forma de análise e tratamento dos dados.

Em seguida, o Capítulo 3 trata do referencial teórico, contendo elementos conceituais sobre a formação de políticas públicas e participação social, atores sociais, meios táticos e estratégicos, recursos de poder e estratégias políticas. Ainda neste capítulo, são identificados os momentos de crise relacionados aos reajustes tarifários da RMGV, além de serem tratadas a evolução dos anseios do movimento estudantil brasileiro e a atuação do ME nas políticas públicas de transporte na RMGV.

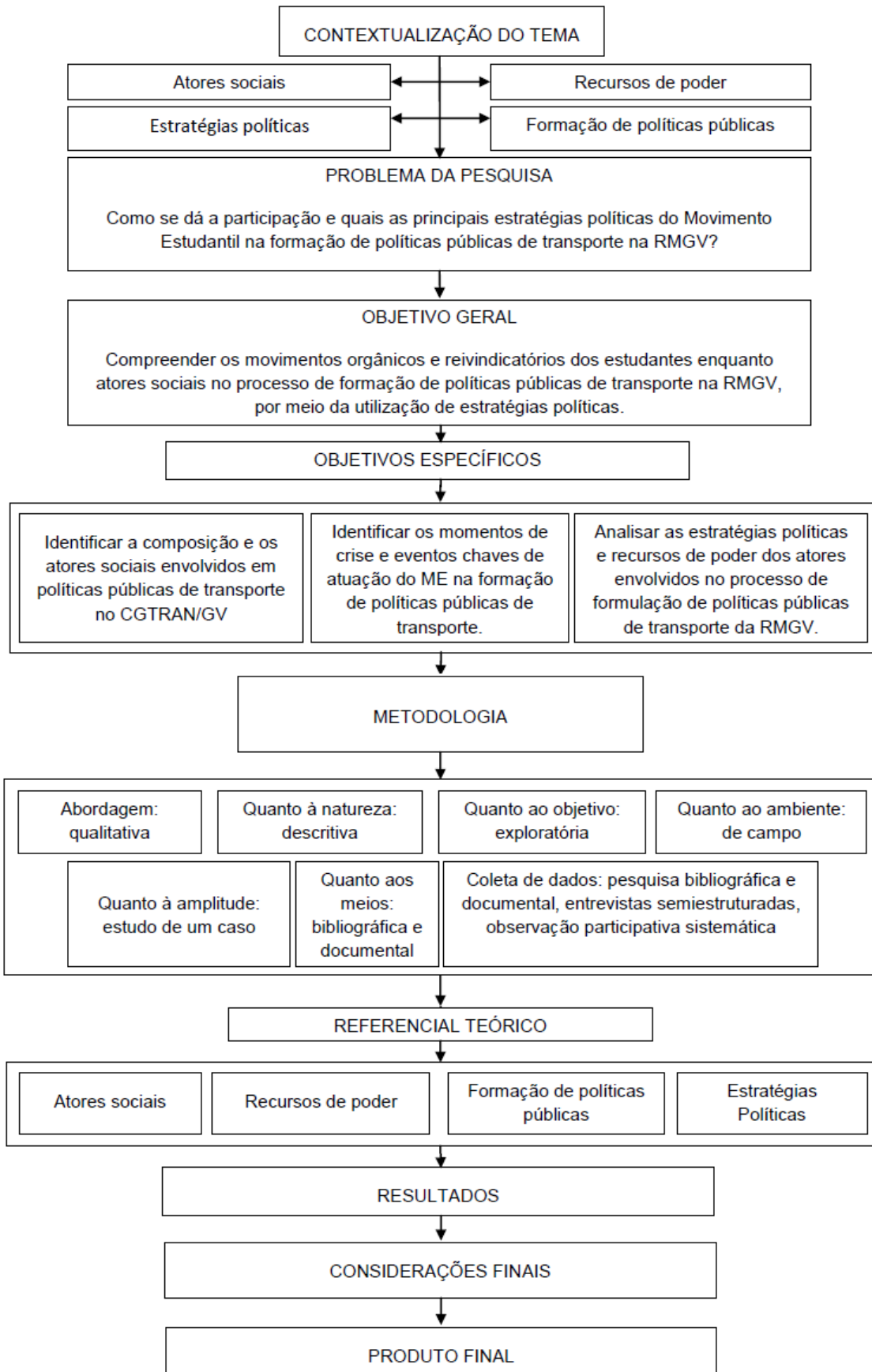
No Capítulo 4 são apresentados e discutidos os resultados do trabalho. Descreve-se a composição do CGTRAN/GV, analisam-se os recursos de poder e as estratégias de atuação do ME.

Tendo sido apresentada a fundamentação teórica e feita a análise dos dados, são apresentadas no Capítulo 5 as conclusões do estudo e recomendações para trabalhos futuros.

Já Capítulo 6 apresenta como produto final aplicável algumas proposições ao movimento estudantil, objetivando o alcance dos recursos de poder como forma de empoderamento do ME enquanto ator social.

Antes de se apresentar os aspectos metodológicos, a Figura 1, a seguir, apresenta uma visão geral da estrutura da dissertação.

Figura 1 – Estrutura da dissertação



Fonte: Elaboração própria

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após exposição das considerações iniciais deste trabalho no capítulo anterior, apresentam-se a seguir os aspectos metodológicos da pesquisa.

No intuito de compreender os movimentos orgânicos e reivindicatórios dos estudantes no processo de formulação de políticas públicas de transporte na RMGV, esta pesquisa está estruturada considerando: a abordagem, os tipos de pesquisa, os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, os sujeitos e a forma de tratamento dos dados apurados.

2.1. ABORDAGEM E OS TIPOS DE PESQUISA

Este trabalho trata da compreensão da atuação do Movimento Estudantil frente à formação de políticas públicas de transporte na RMGV, utilizando-se de uma abordagem qualitativa para análise da realidade.

Como um dos objetivos deste trabalho é analisar os meios estratégicos utilizados pelo movimento estudantil na formação de políticas públicas de transporte na RMGV, a abordagem geral de pesquisa mais adequada é a qualitativa.

O aspecto descritivo desta pesquisa se evidencia na apresentação das estratégias utilizadas pelos atores sociais envolvidos na formação de políticas públicas de transportes na RMGV numa perspectiva *ex-post-facto*, entendendo que existem fatos e fenômenos, ligados ao Movimento Estudantil, importantes para a análise do problema investigado. Esse embasamento pode ser encontrado em Triviños (1987), o qual elucida que esse tipo de estudo exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar para que possa descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Já o caráter de pesquisa bibliográfica é validado pelo uso de livros e artigos científicos publicados, que tratam das teorias de formação de políticas públicas para contextualização do tema, além das estratégias políticas e dos atores sociais que

referenciam as análises da pesquisa, e ainda de obras que tratam da participação destes no contexto da política em geral, possibilitando a formulação de proposições por parte do pesquisador.

Foi realizada também pesquisa documental que visa comprovar fatos e fenômenos ocorridos durante os processos de formulação de políticas públicas de transporte na RMGV.

Em termos de tipologias, as pesquisas documental e bibliográfica são utilizadas, pois se complementam, conforme registra Gil (2002, p. 45):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Além dos tipos de pesquisa apresentados na Figura 2, este trabalho também pode ser classificado como exploratório, pelo fato de não haver estudos anteriores que tenham como objeto a análise das estratégias políticas do movimento estudantil na formação de políticas públicas na RMGV. Por isso, esta pesquisa visa levantar as primeiras informações a respeito do tema, para que estudos mais aprofundados sejam realizados futuramente.

Quanto à amplitude da pesquisa, pode-se classificar o trabalho como estudo de um caso específico, por possuir recorte definido no movimento estudantil capixaba, no que tange ao transporte público na RMGV e suas discussões no CGTRAN/GV. O recorte escolhido viabiliza a análise das estratégias adotadas por um segmento social em uma política pública específica.

2.2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A partir da configuração dos tipos de pesquisa, foram escolhidos os procedimentos e instrumentos de coleta de dados considerados mais adequados.

Conforme descrito no item anterior, este trabalho está pautando principalmente em três instrumentos de coleta de dados, a saber: levantamento bibliográfico; levantamento documental; e entrevistas semiestruturadas.

No procedimento de levantamento bibliográfico os autores utilizados, em sua maioria, foram indicados pelo professor orientador deste trabalho, como Matus (1996), que trata das estratégias políticas; e Dente e Subirats (2014), que abordam os processos de decisão das políticas públicas.

Por levantamento bibliográfico entende-se a forma de coletar dados secundários, já disponíveis em outros meios e lugares. Consiste no processo de seleção, fichamento e arquivamento dos dados e informações encontradas.

Quanto à localização das fontes de dados, Gil (2002, p. 68) registra a importância do uso da internet para o levantamento de dados bibliográficos, reforçando que,

tradicionalmente, o local privilegiado para a localização das fontes bibliográficas tem sido a biblioteca. No entanto, em virtude da ampla disseminação de materiais bibliográficos em formato eletrônico, assume grande importância a pesquisa feita por meio de bases de dados e sistemas de busca [...]

Considerando as instruções destes autores, procedeu-se também a pesquisa bibliográfica no portal de periódicos da Ufes, buscando priorizar artigos científicos que tratem do ME capixaba, utilizando-se o descritor 'movimento estudantil' com abrangência de pesquisa em todos os periódicos cadastrados no portal, existindo ao todo na plataforma seis ocorrências de artigos com o termo pesquisado, sendo que um deles está referenciado neste trabalho.

De forma complementar foi realizada pesquisa bibliográfica no portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com abrangência de temas mais diversificada. Os termos pesquisados e seus respectivos resultados de busca foram: (i) 'movimentos estudantis', com 37 resultados retornados e 11 artigos separados pelo título; (ii) 'política pública de transporte', com quatro resultados e nenhum trabalho relevante ao tema proposto; (iii) "política de transporte", com 41 resultados e três selecionados inicialmente pelo título; (iv) 'transcol', com apenas dois resultados retornados; (v) 'CGTRAN'; sem

resultados; assim como (vi) 'DCE UFES' também sem resultados; (vii) 'movimento estudantil', retornou 294 resultados, e após delimitação temporal dos últimos três anos, o refinamento trouxe 69 resultados, dos quais três foram pré-selecionados; (viii) 'estratégias políticas', com 308 resultados no geral, e 86 retornados com a mesma delimitação de tempo, tendo sido identificado apenas um resultado como associado ao tema; e (ix) 'rmgv', que retornou 45 resultados, dos quais dois foram pré-selecionados, sendo um inclusive deste Programa de Mestrado em Gestão Pública da Ufes, mas com abordagem de tema diferenciado.

Já no procedimento de levantamento documental foram utilizadas atas das sessões do CGTRAN/GV obtidas diretamente na secretaria executiva do conselho, visto que estes documentos não são disponibilizados de outras formas. O pesquisador, após outras tentativas frustradas de acesso aos documentos, procedeu com a solicitação presencial destes documentos no órgão responsável pela guarda dos mesmos. As atas passaram por processo inicial de leitura flutuante, na qual foram identificados conteúdos importantes para a pesquisa. Em seguida foi feito destaque e fichamento de trechos de textos com informações relevantes ao trabalho.

Além disso, foram utilizadas notícias publicadas no Jornal A Gazeta, dada sua relevância de circulação local, entre os anos de 2011 e 2016, acessadas por meio de portal eletrônico exclusivo para assinantes do jornal, utilizando-se os seguintes descritores: (i) 'movimento estudantil'; (ii) 'COTAR'; (iii) 'CGTRAN'; (iv) 'Transcol'; e (v) 'tarifa'. Obviamente tal pesquisa retornou muitos resultados que, no primeiro momento, foram objeto de leitura flutuante, de maneira a identificar os assuntos pertinentes à pesquisa e os fatos ocorridos ao longo do tempo e intensificados nos momentos de crise das políticas públicas de transporte na RMGV, presentes nas matérias.

Num segundo momento da pesquisa documental realizou-se, nas matérias selecionadas, uma leitura destacando fragmentos textuais que evidenciaram ações do movimento estudantil, fatos e ações relevantes para definição das políticas públicas de transporte, que representam contribuições importantes para esta pesquisa. Foram utilizados doze textos jornalísticos que evidenciaram momentos históricos importantes para o entendimento dos fenômenos que relacionam o

Movimento Estudantil às discussões sobre políticas públicas de transporte da RMGV.

Ainda no levantamento documental, foi realizada pesquisa no portal eletrônico do Diário Oficial do Estado do Espírito Santo no qual foram identificados documentos que comprovam fatos importantes para um melhor entendimento do tema, tais como: leis, decretos e portarias divulgadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Tais documentos são importantes para compreensão dos fatos políticos inerentes porque apresentam decisões e normativas relacionadas ao CGTRAN/GV ou à política de transporte público da RMGV.

Segundo Gil (2002), a entrevista se constitui em uma técnica muito utilizada para pesquisas qualitativas, antes, porém, faz-se necessário seguir duas etapas prévias: especificação dos dados que se pretende obter, e definição e formulação das perguntas.

Os dados primários da pesquisa foram levantados a partir de entrevistas semiestruturadas, que consistiram em ouvir os atores do CGTRAN/GV. Os entrevistados foram convidados à participar da pesquisa e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme modelo apresentado no Apêndice A. Os roteiros de entrevistas utilizados para os diferentes atores, conforme disposto nos Apêndices B, C, D e E, continham perguntas sobre a participação do entrevistado no conselho e sua visão a respeito das estratégias políticas aplicadas pelos diversos atores participantes do CGTRAN/GV, principalmente o ME, identificando os elementos que diferenciam suas estratégias. Segundo enfatiza Gil (2002), o roteiro de entrevista é um orientador a ser seguido, mas de forma flexível e ajustável no decorrer da entrevista.

O uso de entrevistas semiestruturadas constitui principal instrumento de levantamento de dados desta dissertação, sendo fundamental para análise da participação dos atores sociais, principalmente do ME.

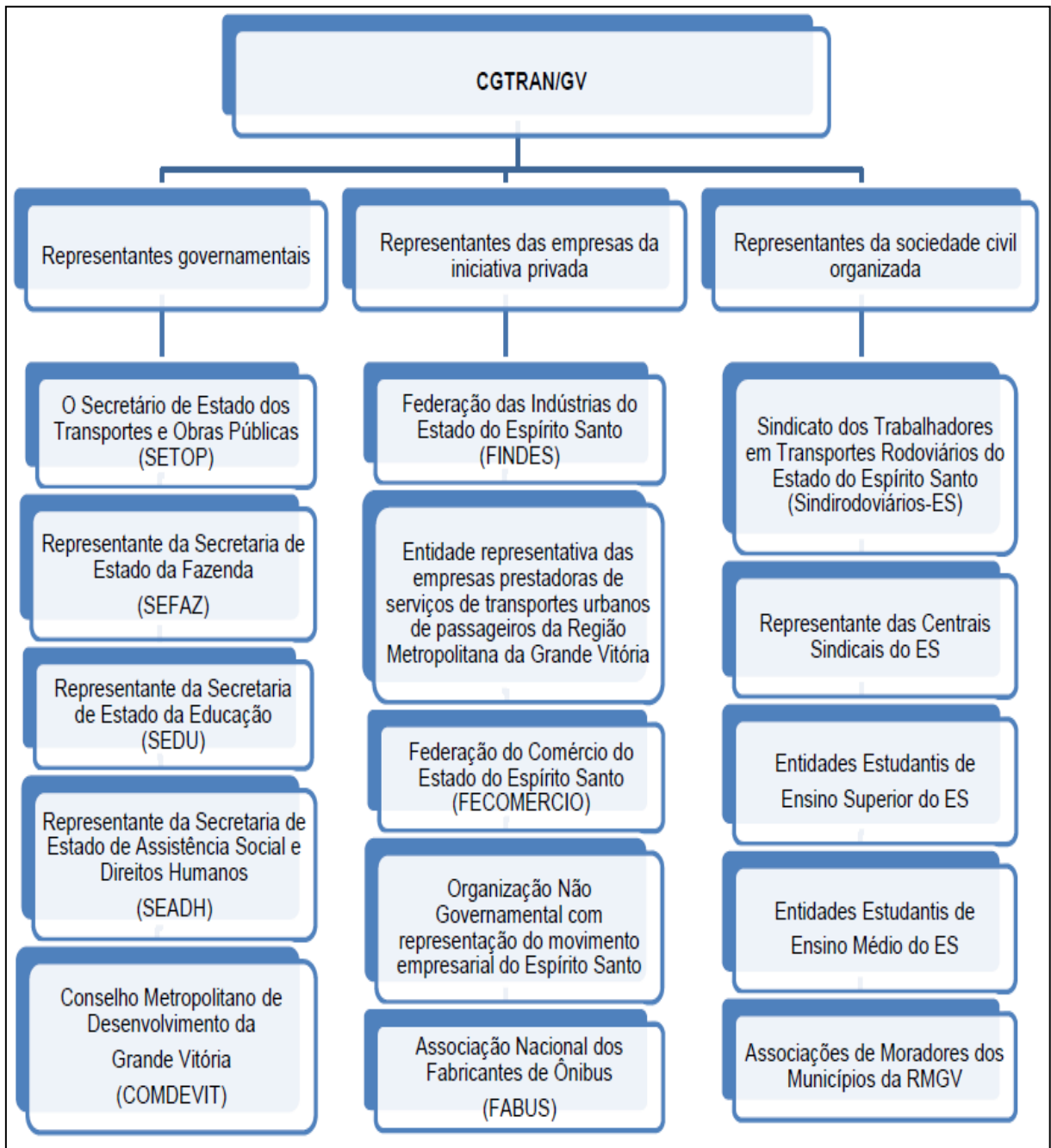
As entrevistas confirmam os registros documentais e revelam fragmentos perdidos na história, e até mesmo contradizem informações da imprensa ou dos sujeitos pesquisados.

2.3. SUJEITOS DA PESQUISA

Bauer e Gaskell (2002, p. 68) definem que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrario, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.”.

Constituem-se em sujeitos da pesquisa os membros do Conselho Gestor dos Sistemas de Transportes Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV), com mandato para o período 2016-2018. A formação deste conselho está dividida em três grandes setores, a saber: representantes do Governo do Estado do ES; representantes das empresas da iniciativa privada; e representante da sociedade civil organizada, conforme mostrado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Sujeitos da pesquisa



Fonte: Elaborado a partir da Lei do Estado do ES nº 9.757/2011

Trata-se de um universo complexo composto por diversas pessoas com perfis heterogêneos e relação interpessoal variada entre eles. Na busca por atingir toda essa diversidade, planejou-se intencionalmente a realização de quinze entrevistas, contemplando a totalidade dos membros titulares, ou seus respectivos suplentes diretos, do referido conselho. Tal decisão baseou-se na premissa de que cada

membro possui uma visão diferente acerca das estratégias adotadas pelo conjunto de atores na formação de políticas públicas de transporte na RMGV, e ainda, que cada uma dessas visões é igualmente importante na análise conjuntural das estratégias, afinal, estes atores podem ajudar a responder o problema da pesquisa.

No entanto, devido à existência de dificuldades no acesso a determinados atores, seja por motivos geográficos de distância, seja pela ausência de agenda no caso de executivos, pela negativa de participação, ou mesmo pela existência de receio por parte do entrevistado em responder aos questionamentos da pesquisa, foram realizadas, de fato, oito entrevistas completas, de um total de quinze membros titulares do CGTRAN/GV.

O recorte alcançado pelas entrevistas realizadas possui maioria numérica dos membros titulares do conselho, e contempla a representação de todos os três seguimentos previstos na formação do CGTRAN/GV, ou seja, pode ser considerada suficiente para a realização das análises as quais esta pesquisa se propõe.

Participaram das entrevistas, como representantes governamentais, o representante da Secretaria de Estado da Fazenda; a representante da Secretaria de Estado da Educação; e a representante do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento Urbano da Grande Vitória – COMDEVIT, esta última não tendo autorizado a gravação da entrevista. A representante da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social negou-se a participar da pesquisa após ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido na presença do pesquisador. O Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas – SETOP não retornou os contatos eletrônicos ou presenciais, mesmo com reiterados pedidos.

Por parte da representação das empresas da iniciativa privada, somente o representante da Organização Não Governamental com representação do movimento empresarial do Espírito Santo, a ONG Espírito Santo em Ação, participou da pesquisa. Os demais não retornaram os contatos eletrônicos e presenciais, mesmo depois de reiterados pedidos.

Quanto à participação dos representantes da sociedade civil organizada, considera-se que 100% dos atores ativos participaram da pesquisa, uma vez que apenas a representação das Centrais Sindicais no ES está com representação vaga no

conselho, e todos demais participaram como respondentes, incluindo o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo; o representante das Entidades Estudantis Ensino Médio; o representante suplente das Entidades Estudantis Ensino Superior, sendo este o único suplente respondente em substituição ao titular dentre todos os entrevistados; e o representante das Associações de Moradores dos Municípios da RMGV, da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo.

O próximo item descreve como se deu a análise dos dados a partir da escolha dos instrumentos e descreve as diversas fases de tratamento dos dados.

2.4. A FORMA DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Após execução dos levantamentos bibliográfico e documental e reunião das obras de maior relevância ao tema, procedeu-se leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, e posterior destaque de fragmentos de textos considerados relevantes para a pesquisa, e tabulados em uma planilha com seus respectivos autores em coluna adicional. As informações e estruturas teóricas destacadas subsidiaram a elaboração do texto da presente dissertação. Na visão de Bauer e Gaskell (2002), a separação entre documentos de órgãos oficiais, documentos pessoais, jornais, recortes e encartes e outros é fundamental para a organização de qualquer pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros do CGTRAN/GV, com auxílio de aplicativo gravador eletrônico de som disponível em aparelho de telefonia móvel. Posteriormente, os dados obtidos por meio das respostas coletadas através das entrevistas foram transcritos em documento eletrônico online da ferramenta Google Docs. Destacaram-se as partes mais importantes das respostas e posteriormente os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica online da mesma ferramenta.

Inicialmente foi feita uma análise das respostas dos entrevistados, na busca por identificar as respostas passíveis de agrupamento. Na sequência foi realizado o

agrupamento de acordo com as categorias de pertencimento do grupo de representação de cada respondente no CGTRAN/GV.

As entrevistas foram realizadas conforme indicação em Bauer e Gaskell (2002, p. 82-89), de maneira “individual”, uma vez que “a análise e interpretação exigem tempo e esforço e não existe” um único “método que seja melhor” do que outro, mas sim uma escolha dos pesquisadores sobre os instrumentos utilizados e a forma de análise dos dados.

Seguindo o manual prático de pesquisa qualitativa de Bauer e Gaskell (2002), as entrevistas foram gravadas, sempre que permitido pelos entrevistados, e posteriormente transcritas.

Após transcrição, as entrevistas semiestruturadas passaram por verificação das respostas obtidas. O texto serve como um meio de expressão do ator sobre dada realidade vivenciada ou observada por ele. Conforme definido em Bauer e Gaskell (2002, p. 189), “a entrevista, estruturada ou não, é um método conveniente e estabelecido de pesquisa social.” As entrevistas propiciaram realizar uma melhor verificação dos dados obtidos com a coleta de dados secundários.

O tratamento dos dados primários seguiu-se da transcrição das entrevistas gravadas para arquivos de texto no computador, que permitiram realizar de forma mais eficiente a análise do texto produzido nas entrevistas realizadas.

De modo a evitar a identificação dos entrevistados e como forma de sistematização das citações das falas, os mesmos foram nomeados com a letra “E”, abreviação da palavra entrevistado, juntamente com a numeração sequencial iniciada pelo número 1: “E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, e E8”.

Como proposto em Bauer e Gaskell (2002) para os dados secundários, como publicações já existentes sobre o assunto pesquisado, fez-se necessário realizar uma categorização dos documentos encontrados, qual seja, uma separação entre documentos de órgãos oficiais, atas do CGTRAN/GV, jornais, entre outros.

Parte dos dados secundários, a saber, as atas do CGTRAN/GV, foram tratadas de forma mais dinâmica, pois o acesso a estes documentos oficiais se deu próximo do fim deste estudo, por demora em obtenção dos dados junto ao órgão responsável

pela guarda dos mesmos. Os textos obtidos a partir das atas das reuniões do conselho foram organizados por ordem cronológica, possibilitando as inferências e análises descritas neste trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor compreensão dos processos decisórios relacionados às políticas públicas de transporte da RMGV e a participação do movimento estudantil nessas decisões foi necessária uma fundamentação teórica norteadora da pesquisa, apresentando-se conceitos e elementos que facilitem o entendimento dos fenômenos relacionados ao tema.

Inicialmente, o trabalho apresenta teorias relacionadas ao modelo de formulação de políticas públicas e participação social nas decisões políticas, que facilitarão o entendimento sobre como e em quais condições os diversos atores participam desses espaços.

Em seguida, serão apresentados elementos teóricos retirados principalmente da obra “Estratégias Políticas”, de Carlos Matus, datada de 1996, sendo este o referencial teórico central dessa dissertação, o qual define em categorias próprias, elementos teóricos que permitem a classificação e ordenação dos conceitos, permitindo uma análise aplicada do tema.

3.1. FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Segundo o Dicionário de Políticas Públicas (2012, p. 390-391) as políticas públicas consistem em,

[...] decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório.

Pont Vidal (1998) define como muito complexa a formulação de políticas públicas e a observação dos fenômenos sociais. De acordo com Furtado, Sakowski e Tóvolli (2015) as definições de políticas não devem ser vistas como uma relação única de

causa-efeito, mas sim como relações de interações difíceis, adaptações e evoluções, justamente por não serem lineares. Tanto o desenho quanto a execução de políticas públicas é um processo extremamente confuso, conforme descrito no Dicionário de Políticas Públicas (2012), portanto, faz-se necessária a análise dessas políticas considerando a complexidade que as mesmas possuem e exigem.

Gonçalves (2009, p. 201), em seu trabalho sobre impactos da participação e da consciência política ressalta que,

Os sujeitos (individuais e os grupos) se organizam a partir de seus contextos, histórias, cultura, valores e experiências, e com toda essa bagagem participam, transformam, interferem e constroem a história. Posicionam-se frente aos fatos, fazem escolhas e participam politicamente. A participação política do sujeito está embasada em sua consciência política, mesmo se for considerado que o curso das ações e da história pode modificar os posicionamentos humanos. A consciência humana é construída numa relação dialética com o fazer histórico.

Essa consciência é desenvolvida ao longo da vida das pessoas, mas o ambiente acadêmico universitário é, sem dúvidas, favorável ao seu afloramento, sendo diversas as formas de participação, apontadas ainda por Gonçalves (2009, p. 201) ao afirmar que “as diversas formas de participação política não são excludentes, e um sujeito pode participar de algumas ações e não participar de outras, como pode participar de várias ações simultaneamente”, e continua ao elucidar que “as diversas ações e formas de participar se diferenciam e o termo participação permite diferentes interpretações. É possível participar sendo um mero expectador marginal ou um protagonista de destaque.”.

Em alguns países europeus, como por exemplo, na Espanha e Inglaterra, os jovens são destaque na luta por direitos sociais e movimentos de renovação das práticas governamentais e políticas. Segundo o Dicionário Oxford, estes jovens são responsáveis pelo ‘*youthquake*’, definido como “uma mudança cultural, política ou social significativa provocada pelas ações ou influência de pessoas jovens” (ORFORD, 2017, *tradução nossa*).

A participação social da juventude tem sua importância enfatizada também por Machado (2013b, p. 35) o qual diz que “o jovem passou a ganhar visibilidade como sujeito social a partir do momento em que ele era visto como capaz de provocar mudanças por estar situado dentro de uma estrutura de ascensão social”.

No entanto, contrariamente, Demo (2008, p. 19) aborda a ‘pobreza política’ dos jovens brasileiros e contextualiza que para estes jovens despolitizados,

[...] a proposta neoliberal comanda suas expectativas vastamente: preocupam-se com emprego, acomodando-se ingenuamente às regras de um mercado sem regras; não antevêm [sic] futuros alternativos, não alimentam utopias; antes, os jovens são consumistas assumidos; no mundo digital, procuram relacionamentos funcionais, não discussão política; querem, em grande parte, o que a geração anterior quis, em especial um bom emprego. Para tanto, o questionamento e a organização política não aparecem como desafio fundamental, já que a maioria é de direita. São aliados do sistema, declaradamente.

Apesar do quadro realista mostrado por Demo (2008), ao se analisar a história do Brasil é possível verificar a atuação dos estudantes em diferentes épocas, tendo um papel político relevante, mesmo que em minoria entre a juventude. No país, o movimento estudantil possui um histórico evolucionista próprio, ligado obviamente à conjuntura política nacional e internacional, direcionada a objetivos e bandeiras que variam no tempo, conforme será possível verificar adiante neste estudo.

Vale destacar a importância do movimento estudantil para a construção política e social do Brasil, uma vez que o movimento interferiu de forma direta na sociedade. Diversos momentos importantes, tais como ‘O petróleo é nosso’, ‘Diretas já’, entre outros, fazem parte da transformação vivenciada pelo ME e construída por ele.

De lá pra cá, diversos espaços democráticos de deliberação, como se observa, por exemplo, nas instituições federais de ensino e nos conselhos municipais e estaduais, passaram a considerar o movimento estudantil como organização da sociedade civil, dando abertura para a participação deste segmento na condução de políticas públicas específicas. Esse é o caso da política de transporte público, que mantém conselhos tarifários compostos por atores interessados no setor, e que discutem e definem as diretrizes da política de transporte público.

Esta realidade de participação do movimento estudantil não é diferente no Estado do Espírito Santo. A formulação de políticas públicas para transporte no ES é coberta de narrativas sobre mobilizações sociais em prol de melhorias na qualidade do serviço público prestado e contra o aumento de tarifas sem transparência efetiva por parte do Governo do Estado nas contas do cálculo tarifário.

O próximo tópico descreve teoricamente um modelo de atuação dos atores sociais e seus recursos de poder.

3.2. ATORES SOCIAIS E RECURSOS DE PODER

Na análise de políticas públicas, deve-se atentar não somente para a política de fato, mas também para os personagens que as decidem, ou seja, os atores sociais envolvidos na formação da política pública, sejam eles indivíduos ou organizações participantes deste processo. É necessário compreender os atores a partir da participação efetiva na decisão ou desenvolvimento da política pública a partir de suas estratégias e ações (DENTE; SUBIRATS, 2014, p. 73-139).

Matus (1996, p. 203) reforça a questão, quando diz que somente o estudo dos atores fornece as bases de informação para realizar o cálculo estratégico.

Para Matus (1996, p. 204), o *ator* do jogo político possui características singulares que o distinguem, e para os quais não são aplicáveis conceitos como agente (teoria econômica), classe social (teoria política), estrato social (sociologia), estrato demográfico (demografia), e sua definição deve preencher os seguintes requisitos: (i) sua ação é criativa, não segue leis, é singular e único como um ente com sentidos, cognição, memória, motivações e força; é produtor e produto do sistema social; (ii) tem um projeto que orienta sua ação, mesmo que seja incoerente, errático ou parcial; (iii) controla uma parte relevante do vetor de recursos críticos do jogo, tem força e capacidade para acumular ou desacumular força e, portanto, tem capacidade para produzir fatos no jogo social; (iv) participa de algum jogo parcial ou do grande jogo social, não é um analista ou simples observador; (v) tem organização *estável*, que lhe permite atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente; ou, tratando-se da exceção aplicável a uma personalidade, tem presença forte e *estável* no sistema, o que lhe permite atrair, com suas ideias, uma coletividade social; (vi) pode ser um ator-pessoa, ou um ator-grupo, caso se tratar de um líder, ou da direção de uma organização. É um jogador real que acumula perícia e emite julgamentos, não uma ficção analítica. É um produtor de *atos de fala* e de *jogadas*.

A diferença entre o agente da teoria econômica e o ator da estratégia política deve ser claramente destacada, para evitar a confusão entre cálculo interativo e cálculo de projeções deterministas. Enquanto o conceito de agente econômico confunde indivíduo e massa, o conceito de ator destaca o líder do coletivo social ao privilegiar suas diferenças. Desta teoria depreende-se que “[...] o jogo social é um jogo de poucos, em que sua opinião pesa muito no jogo de decisões” (MATUS, 1996, p. 206).

Não se restringe aqui a análise de mobilização coletiva de multidões, proposta por Hardt e Negri (2005), mas sim jogadas de atores que detém acesso aos recursos de poder, seja de maneira individual ou coletiva.

Para Matus (1996, p. 207), o estudo de um ator destaca os seguintes elementos: (i) os valores e afinidades atribuídos a cada ator; (ii) as intenções e as motivações reveladas por cada ator; (iii) a capacidade e habilidade pessoais demonstradas por sua ação, em relação aos recursos que manipula; (iv) as invariantes do seu código de personalidade, que moldam certa invariância ou constância no estilo de ação; (v) o vetor de força acumulado, que lhe confere a capacidade de ação ou a produção social com a qual participa do jogo; (vi) a história de atuações que valida ou invalida o estudo realizado sobre o código de decodificação da personalidade de cada ator.

A capacidade para respaldar as motivações constitui a força de um ator num jogo, ou, em outras palavras, a força de um ator é a capacidade de produção social relacionada ao seu poder, sendo que o poder tem relação com a motivação de um ator, já que expressa a capacidade para sustentá-la. Segundo Matus (1996, p. 115), o conceito de força considera as seguintes dimensões: (i) personalidade; (ii) paixão/motivação; (iii) habilidade/experiência; (iv) controle dos recursos; v) domínio científico e tecnológico.

Em sua análise, o ator adquire alguma vantagem sobre outros atores por alguma dessas cinco vias. Considera-se que a estratégia é, em última instância, uma questão de força e poder o que demonstra sua capacidade para enfrentar outro jogador no jogo concreto (MATUS, 1996, p. 119).

A obtenção de vantagens por meio do uso de recursos de poder exclusivos de apenas um ator coloca-o em situação privilegiada com relação aos demais atores

envolvidos. Utilizando-se de recursos de poder, o ator social pode interferir de diversas maneiras no resultado da disputa política específica.

A esse respeito, Dente e Subirats (2014, p. 84-106) inferem que os atores sociais necessitam de recursos de poder para efetivamente interferir no processo decisório de formação de políticas públicas, tais como:

- Recursos políticos: consiste na quantidade de consenso que um ator é capaz de por em movimento;
- Recursos econômicos: capacidade de mobilizar recursos econômicos e financeiros de qualquer tipo (dinheiro e outros bens) para influenciar o comportamento dos demais atores;
- Recursos legais: consiste na posição de vantagem subsidiada pelos aparatos legais (normas, leis, regulamentos, etc.);
- Recursos cognitivos: ter acesso às informações e modelos interpretativos relevantes para a tomada de decisões.

De maneira análoga, Matus (1996) define a existência de quatro tipos de recursos de poder: político, econômico, cognitivo (relacionado ao conhecimento humano advindo da tecnologia, ciência e experimentação) e organizativo.

No próximo tópico serão abordados os anseios e bandeiras do ME brasileiro, de modo a compreender os recursos de poder adotados por este ao longo de sua história. Posteriormente serão tratados os conceitos de estratégia política e meios estratégicos de Matus (1996), que servirão de base para análise deste trabalho.

3.3. OS ANSEIOS E BANDEIRAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

O contexto nem sempre é favorável. A voz nem sempre é ouvida, mas cuidam de silenciá-la em prol da chamada 'ordem social', quando na verdade é causada desordem natural contra os que combatem por suas causas (ARAUJO, 2007).

Talvez não seja tão evidente a importância das mobilizações estudantis ao redor do mundo por não ser dada a devida atenção às manifestações de representação coletiva em muitos países, sendo estas veementemente reprimidas em outros. No

Brasil, estas manifestações, contribuíram para a mudança de rumos políticos contra a ditadura militar, pela redemocratização, contra as diversas formas de censura, a favor do *impeachment* do ex Presidente Fernando Collor, e nas resistências contemporâneas sobre diversos temas.

Segundo Machado (2013, p. 30) o movimento estudantil não é homogêneo,

[...] pois são vários os movimentos estudantis, diferentes pautas, formas de atuação, influências de formação e concepção de lutas. Os movimentos estudantis são movimentos de juventude, que buscam intervir em instituições procurando alterar a situação existente, bem como na formação de sujeitos visando à sua participação, envolvimento ou adesão a um ou vários projetos de sociedade. A forma de atuar e de impor questões a serem tratadas também dimensiona o alcance do movimento estudantil. Os movimentos estudantis podem ser analisados a partir de uma problemática sociológica construída a partir do espaço escolar, desde que tais aspectos sejam localizados no tempo e no espaço.

O movimento estudantil é caracterizado ao longo de sua história pela junção de juventude, política e mobilização social, que transcende as diversas formas de manifestação das entidades estudantis ao longo dos anos, nas quais os estudantes tem tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante.

No Brasil, o movimento estudantil possui um histórico evolucionista próprio, ligado obviamente à conjuntura política nacional e internacional, direcionada a objetivos e bandeiras que variam no tempo. Esse histórico se confunde com o histórico da entidade máxima de representação estudantil nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE). A descrição que segue foi baseada na cronologia adotada em Araujo (2007), por se tratar de uma obra rica em relatos sobre o tema abordado.

Criada em 1937, a UNE materializava um dos recursos de poder do movimento estudantil, e possuía em sua agenda o foco do movimento estudantil nacional. Entre a data de sua fundação e o ano de 1964, o movimento estudantil se concentrava em questões relacionadas com a política internacional e com questões de soberania nacional (UNE, 2016?).

No início da década de 1940, a entidade assumiu uma posição claramente antifascista e realizou inúmeras mobilizações a favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, o movimento estudantil se organizava contra o Estado Novo, e também contra os países do Eixo,

representados por Alemanha, Itália e Japão, incentivando a entrada do Brasil na segunda guerra mundial (ARAUJO, 2007).

Após a segunda guerra, e com o início do período chamado de 'Guerra Fria', o movimento estudantil encabeçou o movimento 'O Petróleo é Nosso', movimento que se opunha à concessão de exploração de jazidas petrolíferas por empresas estrangeiras (FONSECA; FAGUNDES, 2011). Nesse momento, o movimento secundarista, formado por jovens entre 14 e 18 anos, também ganhou visibilidade na composição do movimento estudantil nacional pela adesão destes estudantes secundaristas às mobilizações locais e nacionais.

A essa altura, as mobilizações organizadas pelo movimento estudantil representavam seu principal recurso de poder aplicado, e de maneira geral já possuíam bandeiras relacionadas à condução da política interna nacional e local, como a democratização do ensino universitário, a redução da violência policial e a reforma agrária. Para Araujo (2007, p. 85),

o movimento mais importante da União Metropolitana de Estudantes, organização estudantil carioca, foi a campanha contra o aumento no preço das passagens de bondes, que conseguiu paralisar os bondes no Rio de Janeiro em maio de 1956.

A expansão e diversificação das pautas do movimento estudantil promoveu o surgimento de novos grupos de influência na UNE, como a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular, que incluíam em suas bandeiras a denúncia dos aspectos brutais do capitalismo. A agenda do movimento estudantil passou a ter um conjunto de metas com caráter democratizante, como a reforma agrária e a independência nacional e sua atuação teve papel de vanguarda (ARAUJO, 2007).

Naquele momento, "as questões mais marcantes do conjunto do movimento estudantil era a questão da luta anti-imperialista, a luta pela soberania nacional e a questão da luta pelas reformas, principalmente a universitária" (ARAUJO, 2007, p.98).

Segundo Fonseca e Fagundes (2011), a partir de 1964 o movimento passou a ser alvo de represálias, por meio de prisões de dirigentes das entidades estudantis. Nessa época a UNE foi incendiada e muitos de seus dirigentes buscaram refúgio no

exílio ou caíram na clandestinidade. No Espírito Santo, houve intervenção na União Estadual dos Estudantes. Nesse novo quadro, não era mais permitido realizar passeatas, assembleias, distribuir panfletos ou realizar qualquer tipo de manifestação estudantil.

Fonseca e Fagundes (2011) relatam que os anos seguintes tiveram como marca principal a repressão do regime militar contra o movimento estudantil. Os estudantes realizaram uma série de manifestações, na região central da cidade de Vitória-ES, tais como comícios relâmpagos, paralisações no trânsito e, principalmente, pichações em prédios públicos. Nesse cenário, 1968 foi um ano emblemático para a juventude em todo o mundo. Manifestações de protesto varreram as ruas de cidades de países tão distantes quanto diferentes culturalmente. No Brasil, o mês de março ficou referenciado pela trágica morte de um estudante em um conflito com agentes da repressão nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. As semanas seguintes foram marcadas por passeatas, protestos e enfrentamentos em diversas cidades, inclusive em Vitória. No Estado do Espírito Santo, por exemplo, o DCE UFES convocou uma série de manifestações em protesto à morte do estudante, tendo realizado, inclusive, uma missa de 7º dia na Catedral Metropolitana de Vitória, noite na qual ocorreram conflitos entre policiais e estudantes.

Em âmbito nacional, o marco dessas mobilizações foi a chamada 'Passeata dos 100 mil' que, aos 26 dias de junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro, reuniu estudantes, intelectuais, artistas, trabalhadores, jornalistas e milhares de outros cidadãos, protestando contra a violência policial, definindo a utilização desse tipo de recurso como uma das principais estratégias de atuação do movimento estudantil.

A partir daí, o movimento estudantil passou a se concentrar na luta pelas liberdades individuais, liberdade de expressão e de reunião, e contra o regime ditatorial, sendo estes os principais focos de mobilizações, modificando novamente seus meios táticos de atuação. Suas ações denunciaram as diferentes formas de autoritarismo e foram orientadas para a luta armada, influenciadas pelas chamadas revoluções do terceiro mundo, como a revolução cubana, a revolução chinesa, a guerra do Vietnã e a guerra da Argélia (ARAUJO, 2007).

Para a autora, a luta armada aprofundou o isolamento da esquerda em relação à sociedade e teve como consequência o aniquilamento de um grande número de homens e mulheres militantes. Após 1969, a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas tornaram-se clandestinas, e suas ações, pautadas pelo medo e pelo desconforto, foram concentradas na área cultural, como forma de resistência à ditadura. Tal situação perdurou até 1973, quando o então presidente Geisel deu início a abertura gradual da democracia, de maneira lenta, mas um pouco mais segura que antes (ARAUJO, 2007).

Após o período denominado 'Anos de Chumbo', o movimento estudantil buscou uma reaproximação com a sociedade, por meio da implantação de uma plataforma de lutas democráticas, pela liberdade, contra a violência e a tortura, contra prisões arbitrárias, pelo reestabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas e pela garantia dos direitos humanos. Mais uma vez ocorreu uma alteração da estratégia central de atuação do ME, apoiada em uma plataforma que redefinia o quadro de alianças entre as esquerdas e reaproximava antigos "inimigos políticos".

O fim dos anos 1970 marcou o fortalecimento da luta pela anistia, e o movimento estudantil participou dessa frente atuando no Comitê Brasileiro pela Anistia. Em 1979 a Lei da Anistia foi sancionada, e os estudantes reconstituíram a UNE.

A partir dos anos 1980, com a extinção do bipartidarismo, a configuração política brasileira mudou bastante, ficando marcada pela pluralidade partidária. Nessa nova conjuntura, a grande bandeira que mobilizou os estudantes e toda sociedade foi a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República: as 'Diretas Já!'. A campanha terminou com a eleição indireta da chapa Tancredo-Sarney. Com o adocimento e morte de Tancredo Neves, seu vice, José Sarney assumiu a presidência da república e, dois meses depois, reestabeleceu as eleições diretas, aprovou o voto para os analfabetos e legalizou os partidos comunistas (ARAUJO, 2007).

A partir de então, os movimentos sociais, inclusive o movimento estudantil, passaram a buscar a construção de uma democracia efetivamente inclusiva e que garantisse o desenvolvimento social e econômico para todos os segmentos da

população. A questão internacional ganhou grande relevância devido ao movimento de globalização da economia mundial, tema que até os dias atuais consta na pauta do movimento estudantil de maneira geral.

Em seguida, o episódio do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello marcou uma nova era da União Nacional dos Estudantes e do movimento estudantil como um todo. Isso devido ao status da UNE, que passou a ter uma expressão nacional e tornou-se a principal referência política no episódio em questão, retornando ao seu patamar original de maior recurso de poder do ME nacional. O movimento dos 'Caras Pintadas' envolveu universitários e secundaristas e foi um importante no processo que resultou na deposição legal do presidente em exercício.

As manifestações realizadas por estudantes carregavam o slogan 'Fora Collor' e tiveram grande repercussão na mídia nacional, recebendo o apoio popular. Para Araujo (2007), o movimento estudantil foi fator determinante desse processo.

Os anos seguintes foram marcados pela estabilização econômica, promovida pelo Plano Real no mandato de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República, e o aceleração do programa neoliberal no país, inclusive com a privatização de estatais pelo Brasil afora. Grupos de esquerda faziam referências a um modelo entreguista, e defendiam uma economia inclusiva, que combatesse os problemas oriundos da globalização.

Nesse contexto, a UNE formulou uma espécie de carta compromisso, contendo dez pontos defendidos pela entidade, e o único candidato que assumiu o compromisso foi Luiz Inácio Lula da Silva. No segundo turno, a UNE apoiou oficialmente Lula como candidato à Presidência da República.

A partir de 2005, com a vitória do candidato apoiado pela UNE, o movimento estudantil passa a acreditar na realização de uma reforma universitária que busque a democratização do ensino superior. Em contra partida, a proposta do Governo Federal era considerada por setores do movimento estudantil uma ferramenta de regulamentação do sucateamento e privatização da educação. Mesmo assim, o ME escolheu, em vez de negar ou rechaçar a reforma, procurar interferir no seu texto, introduzindo as pautas de reivindicações estudantis, inserindo pela primeira vez em

seu bojo de atuação uma estratégia de conciliação política com o Governo Federal, tornando este um momento ímpar para o ME.

A partir de então, a organização do movimento estudantil toma outra forma. Atuando em conjunto com o Governo Federal, o ME passa a realizar ações de cunho cultural com apoio do Ministério da Cultura, reestruturado em separado do Ministério da Educação em 2003, e passa a ser vista, por grupos de ideologia esquerda mais radical, como um movimento 'reformista', que teria abandonado as bandeiras originais.

No centro dessa mudança, estaria a possibilidade de materializar a participação estudantil nas decisões políticas em níveis nacional e estadual, por meio da legalização da representação estudantil em fóruns, conselhos e espaços democráticos, como por exemplo, os conselhos de educação, saúde, transportes mobilidade urbana, e diversos fóruns governamentais por todo país que passaram a contar com participação institucional de estudantes. A principal conquista relacionada a essa nova postura participativa da UNE está na criação da Secretaria Nacional da Juventude, secretaria criada junto à Casa Civil do Governo Federal. Nessa secretaria, o comando era destinado a UNE, que inclusive coordenava o Conselho Nacional da Juventude, criado para articular políticas direcionadas aos jovens brasileiros.

Desde então, como exposto anteriormente, os espaços democráticos de deliberação passaram a permitir a participação do ME como organização da sociedade civil na discussão de políticas públicas, como por exemplo, de transporte público, por meio de conselhos tarifários com composição de diversos segmentos da sociedade.

A partir da evolução apresentada, percebe-se que as bandeiras do ME evoluem ao longo do tempo na medida em que o processo democrático avança.

3.4. A ESTRATÉGIA POLÍTICA

A respeito do conceito de estratégia e seu processo de construção, Matus (1996, p. 12) analisa a visão e o comportamento de cada jogador. Para ele, cada ator que participa do jogo político tem um 'posto de jogo e observação' da realidade, e

percebe, do seu ângulo de observação, aquilo que está ao alcance de sua visão. Assim, o ator vê, observa e explica a realidade a partir de valores ideológicos e modelos teóricos pré-construídos em sua mente, sendo limitado pelo tamanho de seu vocabulário e pelo alcance de seu posto de observação.

De maneira análoga, o autor afirma que,

[...] para cada ângulo de visão, existe um nível de cegueira situacional, conceito usado para explicar a parte que o jogador não é capaz, até certo grau, de compreender em sua totalidade. Da mesma forma, até certo grau, o jogador também não é capaz de compreender inteiramente a leitura que o outro faz da realidade. (MATUS, 1996 p. 13-14).

Abordando a estratégia como um jogo social, classifica o termo como um 'cálculo interativo aplicado a problemas quase-estruturados', no qual os indivíduos e as organizações lutam para abrir o próprio caminho, perseguindo objetivos, que às vezes, são complementares aos dos outros, e que, outras vezes são conflitivos. Assim, chama a vida de um 'jogo social' constante, no qual, todos os dias, cada homem resolve e permuta problemas 'quase-estruturados' (MATUS, 1996, p. 31).

Nesse jogo social, diferencia a grande estratégia da tática, que é o uso dos recursos escassos na produção de uma mudança situacional imediata, enquanto a estratégia é o uso da mudança situacional imediata para alcançar a situação-objetivo do plano. A estratégia é um modo de encadear as mudanças situacionais e de aproximar o ator da situação-objetivo, superando os obstáculos ativos e criativos que o outro opõe, em sua luta para obter êxito. Assim, ela implica um cálculo 'não-bem-estruturado' e uma coordenação entre meios e fins, ou entre os recursos e objetivos, no qual os recursos devem ser proporcionais ao valor dos objetivos, e os objetivos proporcionais à magnitude e qualidade dos recursos (MATUS, 1996).

Para tais casos, "[...] qualquer modelo matemático, mesmo o da teoria dos jogos, não pode ser mais do que um frágil suporte a análise estratégica" (MATUS, 1996, p. 37).

Conforme Hart (1974) citado Matus (1996, p. 37) "isso complica o cálculo porque nenhum homem pode calcular com exatidão a capacidade humana de genialidade ou de estupidez, nem a falta de vontade".

Assim, a estratégia exige uma combinação de engenho e de capacidades operativas. No caso das estratégias políticas, ela depende muito das organizações, exigindo-se do dirigente mais talento que capacidade operativa, e suficiente pensamento estratégico. O jogo político desenvolve-se em um ambiente de muita nebulosidade e incerteza sobre o futuro, de modo que o cálculo que precede e preside cada jogada de cada participante é extremamente complexo (MATUS, 1996).

No caso das estratégias da guerra, primeiro ambiente no qual a estratégia foi utilizada como ferramenta, a mesma é dividida em dois tipos, a saber: (i) estratégia direta, baseada na ação frontal, por um ator contra o outro, seja pelos caminhos da negociação, do confronto, da dissuasão ou da guerra; e (ii) estratégia indireta, típica do ator que evita o confronto até o momento de poder escolher a melhor oportunidade (MATUS, 1996).

A diferença entre as duas estratégias implica uma valorização diferente do tempo, do conceito de trajetória, da combinação eficaz do tipo de recursos disponíveis, da ética estratégica e da amplitude do conceito de objetivo. O estilo do estrategista pode, por certo, combinar essas duas possibilidades.

Para Clausewitz (1972) citado Matus (1996, p. 54), “atacar as forças inimigas será coisa muito diferente se tratarmos de reforçar o primeiro golpe com uma sucessão de outros, até destruir todas as suas forças”, e ainda, “A derrota do inimigo nem sempre é o único meio de alcançar o objetivo político”.

De forma complementar, conforme apresentado por Bourcet (1988) citado por Matus (1996, p. 59) “[...] cada plano de campanha deve ter vários ramos e deve ser tão bem concebido, que pelo menos um desses ramos não deixe de ter êxito”.

Assim, todo problema que envolva um adversário exige um cálculo estratégico, que é o oposto do cálculo determinista, ou seja, deve prever vários cenários e trajetórias alternativas. Esse cálculo deve obedecer dez princípios positivos: “(i) realizar uma avaliação eficaz da situação; (ii) adequação na relação recurso-objetivo; (iii) concentração e continuidade estratégica; (iv) rodeio tático e exploração da fraqueza do outro; (v) economia de recursos; (vi) escolha da trajetória de menor expectativa; (vii) valorização multitemporal e multidimensional das consequências; (viii)

encadeamento das estratégias; (ix) escolha preferencial de possibilidades e objetivos redundantes; e (x) trabalhar com varias possibilidades e vários planos” (MATUS, 1996, p. 65-75).

A análise de viabilidade política calcula a eficiência e a eficácia das ações planejadas. Verifica a eficiência ao comparar a magnitude dos recursos disponíveis com a qualidade do produto esperado. Do mesmo modo, verifica a eficácia da ação, analisando o quanto o produto obtido com a ação impacta na meta ou resultados esperados (MATUS, 1996).

O princípio estratégico fundamental consiste em obter uma combinação e dosagem dos elementos componentes da estratégia, de tal modo que cada operação abra caminho para a operação seguinte, que antes era inviável, até realizar todas, em uma determinada trajetória.

3.5. MEIOS ESTRATÉGICOS

Destarte a importância da grande estratégia, a ferramenta dos atores é a ação na práxis. A ação-conhecimento consiste em saber o que deve ser feito e o momento em que deve ser feito.

Matus (1996, p. 205) elucida que “O ator vive em risco e incerteza, ao mesmo tempo em que gera riscos e incertezas para os outros. Produz a realidade e é produto dela. Diferencia-se de qualquer convenção analítica em que fale por si mesmo”.

Matus (1996, p. 206) define o jogador como “um estrategista, não importando se tenha ou não a perícia necessária; que não pode ser estudado como um agente cuja característica essencial está no fato de ter uma conduta predizível”.

Os atores têm à disposição inúmeros meios para influenciar uns aos outros num jogo, como uso do diálogo, negociação, imposição da força, etc. Segundo a teoria de Matus (1996, p. 220), conforme descreve o Quadro 1, mostrado a seguir, a escolha dos meios estratégicos pelos atores depende, em grande parte, do estilo político do ambiente do jogo, sendo que “os meios estratégicos apropriados mudam de natureza, de acordo com sua finalidade”.

Quadro 1 – Meios táticos e estratégicos

ESTRATÉGIA	SITUAÇÃO	MEIO	TEORIAS
Imposição	Autoridade hierárquica	Diretrizes	Teoria das estruturas hierárquicas
Persuasão	Diferentes focos de atenção; indiferença	Motivação sedução	Teoria da liderança, das motivações e persuasão
Negociação cooperativa	Interesses diferentes e objetivos comuns	Negociação soma positiva	Teoria das negociações soma positiva
Negociação conflitiva	Interesses opostos	Negociação soma zero	Teoria das negociações soma zero
Negociação mista	Interesses diferentes combinados com interesses opostos	Negociação mista	Teoria das negociações mistas
Recompensa e intercâmbio	Interesses conciliáveis	Prêmio compra venda	Teoria dos estímulos econômicos e não-econômicos
Mediação	Interesses opostos sem ânimo de confronto	Mediação e arbitragem	Teoria da mediação e de arbitragem
Julgamento	Interesses opostos submetidos a regras jurídicas	Defesa e acusação em tribunais	Ciência do direito teoria da situação jurídica
Coação	Interesses opostos com ânimo de imposição	Ameaça de fazer pagar um custo	Análise das fraquezas do outro
Confronto	Interesses ireconciliáveis	Medição política de forças	Teoria do confronto e da construção de viabilidade
Dissuasão	Interesses ireconciliáveis	Exibição de forças	Teoria da dissuasão
Guerra	Interesses ireconciliáveis com vontade de violência	Medição bélica de forças	Teoria da guerra

Fonte: MATUS (1996, p. 222)

Os meios táticos e estratégicos mais utilizados são conceituados por Matus (1996, p. 220-224), conforme disposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Conceitos dos meios táticos e estratégicos segundo Matus

CONCEITO	DESCRIÇÃO
Imposição	É o uso da autoridade e da hierarquia. Exige um ator com capacidade de comando e outro indivíduos que são dominados, em sua relação com o primeiro, motivados pela obediência.
Persuasão	Baseia-se na capacidade de sedução do líder. Implica obter apoio e adesão do outro ao próprio projeto sem nada ceder de imediato.
Negociação cooperativa	Negociação implica em conciliar diferentes interesses com a outra parte, com a disposição de ceder algo se o outro também ceder. Na negociação cooperativa, todos os participantes ganham (soma positiva ou diferente de zero).
Negociação conflitiva	Na negociação conflitante o que uma parte ganha a outra perde (jogo soma zero).
Negociação mista	Já na negociação mista se combinam aspectos de perdas e lucros entre as partes.
Recompensa e intercâmbio	Um ator pode conseguir a cooperação do outro, mediante o uso da recompensa. Este pode usar: o estímulo econômico, as ambições de poder, o reforço do ego, etc., ou simplesmente recorrer ao intercâmbio de recursos, mediante a compra e venda de um serviço.
Mediação	Quando as probabilidades de êxito são poucas e não há animo de confronto ou de apelar à julgamento em tribunais, um caminho aberto é invocar um mediador que, no limite, pode ser um árbitro formal.
Julgamento em tribunais	Exige que o conflito de interesses submeta-se à regras jurídicas que lhe são cabíveis.
Coação	Consiste em ameaçar o outro de ter de pagar um preço significativo se não adotar a conduta imposta pela parte ameaçadora.
Confronto	A ausência de acordo, leva as partes a decidirem pela medição de forças. O sistema democrático exige confrontos periódicos para manter o equilíbrio de poderes: eleições, greves, manifestações públicas e desobediência civil são medição de forças.
Dissuasão	É a ameaça da força que fala por si mesma. A dissuasão baseia-se em dois princípios: a) exhibir a própria força; e b) demonstrar vontade e capacidade de usar a própria força com eficácia e alto custo para o adversário.
Guerra	Medição violenta de forças. Implica o uso de meios bélicos com a disposição de provocar dano material ao adversário, ou perda de vidas humanas.

Fonte: Elaborado a partir de Matus (1996, p. 220-224)

A partir dos conceitos apresentados por Matus (1996) no que tange aos meios táticos e estratégicos e seus conceitos, é possível realizar uma análise a partir das estratégias e meios táticos implementados pelos atores sociais no jogo político em geral.

Portanto, na teoria de Matus (1996, p. 220) a apresentação dos meios estratégicos dos quais os atores sociais podem valer-se para participarem do jogo de decisões políticas, tais como aqui conceituados. Sendo estes meios e recursos utilizados para caracterizar as estratégias utilizadas pelos atores na tentativa de interferir de fato nas decisões e participarem como protagonistas das políticas públicas.

Entretanto, frisa-se que “o Estado não só dispõe de esmagadora vantagem material sobre todas as demais forças sociais em sua capacidade de violência como é também o único ator social que pode exercer a violência em caráter legal e legítimo” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 49).

Dessa maneira, o próximo capítulo analisará as estratégias e meios táticos utilizados pelos membros do CGTRAN/GV, em especial do ME na formação de políticas públicas de transporte na RMGV a partir dos elementos teóricos apresentados conjuntamente com os resultados dos dados primários e secundários da pesquisa.

4. ANÁLISES DAS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A análise das estratégias do ME passa pela identificação dos momentos de crise de reajuste tarifário do transporte público e na compreensão da composição política e de poder do CGTRAN/GV, identificando e descrevendo cada um de seus atores em suas representações. Posteriormente, analisam-se os recursos de poder dos atores membros do CGTRAN/GV e suas estratégias de atuação, para, enfim, serem analisadas as estratégias do movimento estudantil frente às políticas públicas de transporte na RMGV.

4.1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS MOMENTOS DE CRISE NA RMGV

Com base na pesquisa documental, verifica-se que em 1989 o Governo do Estado do ES apresentou à Assembleia Legislativa do Espírito Santo um projeto de lei para criação do Conselho Tarifário da Grande Vitória (COTAR), com a competência de opinar sobre os estudos tarifários. Composto por apenas um representante titular das entidades estudantis, num total de catorze membros, o COTAR funcionou por mais de 22 anos.

No ano de 2011, foi criado na Região Metropolitana da Grande Vitória o Conselho Gestor dos Sistemas de Transportes Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV), instituído pela Lei Estadual nº 9.757, de 16 de dezembro. Em sua nova estrutura, o conselho passou a ser integrado por membros do governo estadual, de empresas da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Dentre os membros da sociedade civil, duas vagas são reservadas para estudantes da RMGV, uma de ensino médio e outra de ensino superior, indicados respectivamente pela União de Estudantes Secundaristas do Espírito Santo (UESES) e pelo Diretório Central dos Estudantes da Ufes (DCE UFES). O entrevistado E₂ retrata este momento em sua fala.

A gente vem atuando na composição destes conselhos de transporte. Fato interessante é que anteriormente o CGTRAN era COTAR, que era, somente falava sobre tarifa, que era o Conselho Tarifário, e aí nós dos movimentos sociais, outros movimentos, que além do estudantil, que também compunha o conselho, entramos num debate que não só debater a tarifa, não só

debater a questão orçamentária, mas também a melhoria da qualidade do transporte público na Grande Vitória, foi então que surgiu o CGTRAN (E₂).

A composição do CGTRAN/GV passou a contar com cinco representantes do Governo; cinco representantes das empresas de transporte; e outros cinco representantes da sociedade civil organizada. Apesar da composição paritária do conselho, os diversos atores membros do próprio conselho têm dificuldades em referenciá-lo como paritário ou indicar corretamente sua composição, conforme exposto por E₃.

Lá é uma correlação de forças. Pena que a sociedade civil participa com um número muito pequeno. Lá tem os estudantes, nesse conselho, a sociedade civil com a Famopes, e vem mais um representante que é da OAB, e na sua maioria representante do Governo (E₃).

Da mesma maneira, outros entrevistados confundem não somente a composição mas também o quantitativo de conselheiros, como relata E₄.

Como funciona o conselho? Eu posso estar enganado em número, tá? Vamos supor, são 13 conselheiros, a maioria que faz parte do conselho é de pastas do Governo. A sociedade, vamos supor os estudantes, o comércio, tem estudantes de ensino médio, se eu não me engano, tem os dos comerciantes e tem mais outra lá, que no caso são só três. Aí tem as empresas, e tem o Sindirodoviários. E o deles são nove ou oito. O deles (Governo) sempre são a mais (E₄).

Apesar da confusão dos atores sobre a composição do conselho, a redefinição paritária do CGTRAN/GV colocou o movimento estudantil capixaba em posição de negociação direta com as autoridades políticas e empresariais locais, reafirmando uma espécie de estratégia de atuação diferenciada do ME, em consonância com as posturas e estratégias adotadas num pequeno momento da história da UNE.

Mesmo assim, após a chegada do século XXI, o jornal A Gazeta noticiou sistematicamente no ES a existência de diversos grupos sociais contrários ao aumento das tarifas de transporte público, tais como 'Tarifa Zero', 'Contra o Aumento' e o 'Movimento Passe Livre' no ES.

Estes movimentos surgiram em todo país, principalmente com participação de estudantes do ensino superior, de universidades públicas. Em 2011 eclodiu a revolta estudantil capixaba contra o segundo aumento de tarifa do transporte público em menos de um ano. A partir disto, foram inúmeras as revoltas coletivas contra os constantes aumentos, com periodicidade média anual, da tarifa do transporte.

As principais mobilizações recentes ocorreram entre 2011 e 2015, e foram coordenadas por estudantes de ensino superior público da RMGV que se posicionavam contrários à definição, muitas vezes unilateral, das políticas de transporte da RMGV por parte do poder público, principalmente aos reajustes de tarifas ocorridos nesse período. A partir da análise dos dados secundários foi possível identificar os momentos de crise na formação de políticas públicas de transporte.

Em junho de 2011, após anúncio de reajuste tarifário no sistema Transcol, os estudantes realizaram mobilizações que partiram da Universidade Federal do Espírito Santo em direção às ruas da cidade de Vitória, mas a tropa de choque da polícia militar do ES foi acionada e utilizou balas de borracha e gás lacrimogêneo para conter os estudantes. Neste episódio, cartazes com pedido de passe livre eram utilizados por diversos manifestantes. No dia seguinte ao ocorrido, especialistas condenaram a ação do Governo de revidar as manifestações estudantis de maneira tão agressiva. Houve apoio de professores e sindicatos em favor do ME e contra o Governo, o qual foi a público dizer que não errou em tomar medidas cabíveis para evitar os protestos. As manifestações organizadas pelo ME foram motivadas pelo segundo anúncio de aumento da passagem do Transcol em menos de seis meses, visto que naquele mesmo ano a tarifa havia sido reajustada no primeiro mês.

Na Figura 3, a seguir, é possível verificar o registro do início dos protestos estudantis, que bloquearam vias da cidade de Vitória exigindo passe livre, diminuição do valor da passagem do Transcol, entre outras demandas de melhoria da mobilidade urbana.

Figura 3 - Capa do Jornal A Gazeta – 03.06.2011

Vitória, sexta-feira,
3 de junho de 2011

R\$ 1,50

Fundada em 11 de setembro de 1928 |
por Theodor Veilken |
Nº 28.565 | Ano LXXXIII |

A GAZETA

EDIÇÃO ENCERRADA: 23h50

www.agazeta.com.br

ELES QUEREM PASSE LIVRE...



CARLOS ALBERTO SILVA

...MAS NÃO DEIXAM A CIDADE PASSAR



RICARDO MEDEIROS

Estudantes de um lado, policiais do outro e uma cidade parada ao redor. Protestos pelo passe livre nos ônibus provocaram a interdição de três importantes pontos da Capital, durante todo o dia de ontem. Após dar um prazo para liberação das avenidas, o Batalhão de Missões

Especiais da PM usou bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar o movimento. Manifestantes e até pessoas que não faziam parte do protesto ficaram feridos. Mais de 20 estudantes foram presos. À noite, eles avisaram que farão novos protestos hoje. **Foto: S.A.S. e OSMAR**

Fonte: ELES querem passe livre mas não deixam a cidade passar.
A Gazeta, Vitória, 03 jun. 2011. Capa.

Dias após o confronto entre ME e Governo, estudantes interditaram parte de algumas avenidas e ruas muito movimentadas de Vitória, e protestaram de forma pacífica em frente ao palácio do Governo. Desta vez os cartazes pediam a saída do secretário de transportes, o fim do pedágio, além de dialogo, passe livre e mudanças do conselho que discutia políticas públicas de transporte na época, o Conselho Tarifário. O Governo prometeu analisar algumas reivindicações e rever o COTAR.

O Reitor da Ufes, conforme apresentado na Figura 4, a seguir, criticou a ação da Polícia Militar, a qual utilizou-se de armas de fogo, cassetetes e gás lacrimogêneo em direção ao campus universitário da Ufes no Campus de Goiabeiras. O registro do Jornal A Gazeta mostra ainda estudantes em protestos pacíficos com cartazes pedindo, entre outros, que “Protesto pacífico não deve ser respondido com tiro!” e “PAZ”.

Figura 4 - Matéria do Jornal A Gazeta – 04.06.2011

Reitor: “O que a PM fez foi inadmissível”

FOTOS: BERNARDO COUTINHO

Centoducatte disse que, sob nenhuma justificativa, o campus poderia ter se tornado alvo da polícia

PRISCILLA THOMPSON
priscilla@olegazeta.com.br

“O que a polícia fez foi inadmissível”, disse o vice-reitor no exercício da reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Renaldo Centoducatte, a respeito da ação do Batalhão de Missões Especiais (BME) na tarde de quinta-feira, quando bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha foram atiradas em direção ao campus de Goiabeiras, em Vitória.

Centoducatte afirmou que, por se tratar de uma área federal, o campus não poderia ter sido alvo da ação da Polícia Militar, sob nenhuma justificativa. A repressão aos manifestantes deu ainda mais força ao movimento, que teve início na manhã de quinta-feira, no Centro de Vitória, e continuou durante a noite, próximo à praça do pedagogo da Terceira Ponte.

O vice-reitor tentou conversar com o comando do BME durante o confronto na Avenida Fernando Ferrari, mas acabou afetado por uma bomba que explodiu ao seu lado. “Não fomos informados



Ontem, os estudantes saíram em marcha da Ufes até a Terceira Ponte, com cartazes e flores, contra a violência do dia anterior

Especialistas condenam ação do BME na Ufes

Para juiz, área deveria ter sido isolada; já o instrutor da SWAT, Marcos do Val, diz que houve excessos

O presidente do Centro Avançado em Técnicas de Imobilização (Cati) e instrutor da SWAT, Marcos do Val, avalia que a ação do Batalhão de Missões Especiais (BME) foi necessária e correta para conter a manifestação dos estudantes, que fecharam vias, na quinta-feira, em Vitória. No entanto, considerou excessiva a ação realizada no campus da Ufes e a intimidação feita por policiais à paisana, que mostraram armas de fogo aos manifestantes.

“Certamente o BME foi acionado porque não havia possibilidade de encontrar outro desfecho para a situação, naquele momento. Trata-se de uma equipe especializada nesse tipo de conflito. Mas os policiais não deveriam ter ultrapassado as fronteiras da universidade”, diz

Fonte: REITOR: “O que a PM fez foi inadmissível”. A Gazeta, Vitória, 04 jun. 2011. p. 4.

Ainda em 2011, o Governo atendeu aos pedidos dos estudantes e não reajustou a tarifa na metade no ano, tendo postergado o reajuste para o início de 2012. Nos últimos dias de 2011 foi noticiada a criação do CGTRAN/GV, em substituição ao COTAR.

A Figura 5, a diante, apresenta a notícia de um acordo entre Governo e estudantes após as manifestações ocorridas.

Figura 5 - Matéria do Jornal A Gazeta – 28.06.2011

Passagem. Reajuste em 2012

Governo e estudantes fecham acordo

Em reunião, Estado prometeu melhorias para os ônibus e um encontro do grupo com o governador

■ O governo do Estado vai realizar um estudo para avaliar a necessidade de novas linhas e horários para os ônibus do Sistema Transcol. O estudo terá início em até 90 dias, segundo o secretário de Ações Estratégicas, André Garcia, e o compromisso de realizá-lo nesse prazo foi assumido, ontem, em reunião com representantes do Movimento Contra o Aumento da Tarifa.

Os estudantes também conseguiram outra vitória: vão poder se encontrar com o governador Renato Casagrande para assinarem, juntos, o documento contendo todos os compromissos assumidos pelos secretários de governo.

Na reunião, também foi acordado que o governo vai realizar uma conferência estadual para debater mobilidade urbana e transporte coletivo, além de encaminhar para a Assembleia Legislativa uma proposta de constituir um Conselho Estadual de Transporte Público – em substituição ao atual Conselho Tarifário (Cotar) – e definir os critérios para ampliação de concessão do passe livre, de acordo com a renda dos estudantes.

A data de reajuste das passagens do Transcol também vai mudar. Sempre marcada para o final do

ano, a reunião do conselho deverá acontecer no início do ano seguinte. Para os estudantes, a mudança é significativa. “Esse é um avanço importante, porque o trabalhador já não vai começar o 1º de janeiro pagando mais caro pelo transporte”, diz.

SEM DATA
A reunião com o governador ainda não tem data certa para acontecer porque, segundo André Garcia, depende do envio do documento por parte dos alunos ao governo. Assim que a pauta acordada ontem for entregue, o encontro será agendado.

Por enquanto, os estudantes não vão mais realizar manifestações nas ruas, afirmou Vitor Noronha, um dos líderes do movimento. “Estamos entrando em uma nova etapa, que é de mobilização para a conferência estadual e de conscientização da sociedade para o debate”, diz.

“A certeza de que não haverá novo aumento da passagem do Transcol este ano e de que as negociações vão ficar para o ano que vem é um avanço”

VITOR NORONHA
ESTUDANTE

Fonte: GOVERNO e estudantes fecham acordo. *A Gazeta*, Vitória, 28 jun. 2011. p. 28.

Já em 2013 eclodiu uma série de manifestações estudantis por todo Brasil, que teve como foco inicial a realização de protestos e passeatas contra os aumentos simultâneos das tarifas do transporte público coletivo nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Vitória, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e diversas outras cidades.

Em São Paulo o movimento ficou conhecido por 'não é por 20 centavos' em alusão ao valor do aumento da tarifa praticado pelo Governo.

Neste ano de 2013 a mobilização estudantil foi intensificada pela participação popular nas ações contra os aumentos das tarifas em todo o país. No ES não foi diferente, e o movimento cresceu tanto a ponto de no dia 20 de junho de 2013 mais de 100 mil pessoas irem para as ruas de Vitória protestar por melhorias no transporte público e por inúmeras outras reivindicações. As manifestações, aliás, não ficaram restritas à capital do Estado, mas ocorreram em diversas cidades do interior e também em cidades vizinhas à Vitória. Como resultado das mobilizações populares no ano de 2013, que contaram com a presença de estudantes, trabalhadores e principalmente da população em geral nas mobilizações de rua, a cobrança do pedágio da principal ponte de ligação das cidades de Vitória e Vila Velha (3ª Ponte) foi suspensa pelo Governo do ES, o qual solicitou ao Tribunal de Contas do Estado do ES a realização de auditoria no contrato com a concessionária da via. Esta era uma das diversas reivindicações dos estudantes no pico do momento de crise de 2013.

Por fim, em 2015 novos protestos tomaram as ruas do Brasil e do ES reivindicando melhorias dos sistemas de transporte público e a redução da tarifa dos ônibus de circulação metropolitana em Vitória. Houve enfrentamento entre estudantes e Governo nos protestos ocorridos. O principal resultado alcançado foi o congelamento da tarifa do Transcol naquele ano.

Em 2016 houve novo aumento da tarifa do transporte pública na RMGV, mas desta vez, apesar da exposição dos movimentos estudantis da possibilidade de manifestações, o reajuste foi mantido e as mobilizações não saíram dos discursos.

Conforme apresentado na Figura 6, a seguir, diante do anúncio do aumento da passagem de ônibus os estudantes anunciam protesto.

Figura 6 - Matéria do Jornal A Gazeta – 30.12.2016

Estudantes reagem e organizam protesto

Estudantes e representantes da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), que participam do conselho da CGTran/GV estão insatisfeitos com a medida. Eles organizam uma manifestação.

Segundo o presidente do Diretório Central dos Estudantes da Ufes (DCE), Rhafeael Simões, os estudantes pediram que a tarifa fosse congelada para haver mais discussões, mas não foram atendidos.

“É mais do que o dobro da inflação prevista para o



RAQUEL LOPES

Luiz Felipe critica aumento de R\$ 0,45 na passagem

próximo ano. Vamos tentar entrar no Ministério Público contra a medida”, diz Simões.

O presidente da União

dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo, Luiz Felipe Costa, informou que não houve diálogo sobre o assunto.

“A gente está sempre lutando não só pelo reajuste, mas pela melhoria do transporte público e eles pegam a gente de surpresa”, comenta.

MANIFESTAÇÃO

Ainda segundo Rhafeael, manifestações já estão previstas para a próxima semana pedindo a redução do preço da tarifa.

Um evento no Facebook foi organizado pelo grupo Voz Ativa Ufes para uma manifestação na próxima quarta-feira, às 17 horas. Mais de mil pessoas já confirmaram presença na página criada para o evento.

Fonte: ESTUDANTES reagem e organizam protesto. *A Gazeta*, Vitória, 30 dez. 2016. p. 3.

A Figura 7, a seguir, retrata a fala do Presidente do DCE Ufes em 1 junho de 2017 Raphael Simões, o qual afirma em entrevista: “apoio a manifestação de forma pacífica”.

Figura 7 - Matéria do Jornal A Gazeta – 01.06.2017

SEM QUEBRADEIRA

“APOIO A MANIFESTAÇÃO DE FORMA PACÍFICA”

Rhafeael Simões
Presidente do DCE Ufes

▄ O Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Ufes, Rhafeael Simões é membro do conselho Gestor do Sis-

tema de Transportes Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTran/GV). Ele apoia e participa dos protestos, mas é contra a depredação.

Há programação de mais protestos?

Esse foi o primeiro, mas a ideia é fazer vários até a tarifa reduzir. Em 2005, o valor da passagem foi reduzido a partir de protes-

tos, fizemos vários.

Você diz que é a favor do protesto, mas e a depredação?

Não apoio a depredação. Muitos estudantes estavam manifestando de forma pacífica e não fizeram nenhuma depredação, o problema é que algumas pessoas cobrem o rosto e começam a quebrar. Não é assim que se conquista nada. Isso só gera ódio na população e nos trabalhadores.

Você acredita que é possível conquistar as coisas com a manifestação?

Os estudantes se mobilizaram e isso eu considero válido, isso é preciso ocorrer em momentos de crise. Com a grande mobilização da população a chance de conquistar algo é muito grande.

Por que algumas pessoas deixam de

protestar de forma pacífica e começam a quebrar. Por que escolhem bancos?

A perspectiva que algumas pessoas têm é que o banco possui um lucro exorbitante mesmo diante da crise. Ele representa o símbolo do capitalismo. O grupo que depreda é anarquista. Eles sempre aparecem, mas eu não os conheço e não sei como se organizam.

Fonte: ENTREVISTA Presidente do DCE Ufes. *A Gazeta*, Vitória, 1 jun. 2017. p. 3.

Atualmente, o conflito político entre os estudantes e os demais atores envolvidos nas políticas públicas de transporte da RMGV ainda levam a confrontos. Estes momentos descritos anteriormente podem ser classificados como momentos de crise, conceito evidenciado na tese de Rosa Filho (2007).

Para Rosa Filho (2007, p. 39), ‘momentos de crise’ são os eventos de interação entre atores sociais com utilização de meios estratégicos mais ofensivos, tais como confronto e guerra.

Rosa Filho (2009) delimita o contexto de crise a partir da solicitação de reajuste tarifário por parte de um dos atores sociais, e elenca os diversos eventos que se sucedem posteriormente, como forma de elucidar a crise a partir do seu contexto. O autor analisa os momentos de crise, os atores participantes do jogo social e suas interações na crise de transporte público. A delimitação dos momentos de crise e seu contexto são úteis para melhor análise dos meios estratégicos utilizados pelos atores envolvidos durante estes momentos de crise.

O Quadro 3, mostrado a seguir, conta com informações extraídas de jornais e atas do CGTRAN/GV e apresenta a evolução do reajuste dos preços das tarifas aplicadas ao transporte público do sistema Transcol na RMGV, e identifica em destaque (*) os principais momentos de crise relacionados com os enfrentamentos entre ME e Governo Estadual.

Quadro 3 – Evolução dos preços aplicados na tarifa do sistema Transcol

	Antes de 2011	2011*	2012	2013*	2014	2015*	2016	2017
Valor tarifa em dias de semana	2,15	2,30	2,45	2,55	2,45	2,45	2,75	3,20
Valor da tarifa aos domingos	1,85	2,00	2,15	2,25	2,15	2,15	2,40	2,80
Data do reajuste	Jan/2010	Jan/2011	Jan/2012	Jan/2013	Ago/2014	-	Jan/2016	Jan/2017

Fonte: Elaboração própria, a partir de jornais e atas do CGTRAN/GV

4.2. DESCRIÇÃO DOS ATORES MEMBROS DO CGTRAN/GV

A partir da Lei 9.757, de 2011, desprende-se que o CGTRAN/GV é composto por quinze membros, sendo sua composição oficial legalmente instituída como paritária entre três setores representantes da sociedade, a saber: representantes governamentais; representantes das empresas da iniciativa privada; e representantes da sociedade civil organizada. Cada representação destes setores da sociedade possui cinco membros titulares e seus respectivos suplentes.

Para obtenção das informações sobre as funções e tempo de atuação dos conselheiros, descritas a seguir, foram verificados, preliminarmente, dados no portal da transparência do Governo do ES e posteriormente nas entrevistas realizadas.

Entre os representantes governamentais no CGTRAN/GV, o Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas preside o conselho e exerce a titularidade da representação da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETOP), não havendo suplente indicado para esta representação. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) possui dois Consultores do Tesouro Estadual como representantes, sendo o titular Gerente Geral de Finanças do Estado do Espírito Santo e o suplente subgerente da mesma área, ambos servidores de carreira da SEFAZ. A Secretaria de Estado da Educação (SEDU) conta com uma Assessora Especial, como representante titular, e com uma Orientadora Área Técnica de Núcleo Regional de Educação como suplente, ambas servidoras comissionadas, sendo que a primeira está em exercício na SEDU desde 1989, tendo passado por diversos cargos neste período, e a última é comissionada desde 1994. A Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) possui uma servidora efetiva com cargo de Especialista Desenvolvimento Humano e Social como representante suplente no conselho, e uma servidora comissionada, no cargo de Chefe do Grupo de Administração, como representante titular. Por fim, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento Urbano da Grande Vitória (COMDEVIT), que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e integração da RMGV e está ligado ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que por sua vez é vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, possui representação no CGTRAN/GV com indicação de servidoras efetivas do Estado do Espírito Santo, titular e suplente, ambas com exercício no IJSN.

A representação das empresas da iniciativa privada fica a cargo de federações, sindicatos patronais e uma Organização não Governamental (ONG). A Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo (Fecomércio-ES) possui dois membros de sua atual diretoria na composição do CGTRAN/GV, um titular e um suplente. Já a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) é representada por duas pessoas que não constam no registro de recursos humanos da federação, ou sequer fazem parte das assessorias ou diretoria da mesma, segundo levantamento *in loco*, na tentativa de realização de entrevistas com os representantes titular e suplente da Findes. A ONG Espírito Santo em Ação tem como representante um suplente que não faz mais parte de seu quadro de funcionários, e um titular que é o Secretário Executivo da instituição. A Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS) também participa do CGTRAN/GV, sendo sua indicação titular um nome não identificado pela secretaria da entidade, mas que é Representante Comercial da CAIO Induscar, e na suplência está um Diretor da Viação Marcopolo, que atua na sede da empresa, situada em Caxias do Sul – Rio Grande do Sul. E finalmente o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBUS) possui como representante titular no conselho seu Diretor Executivo e uma Gerente Técnica como suplente.

A Sociedade Civil Organizada possui representação no CGTRAN/GV por meio de sindicatos laborais, associação de moradores da RMGV, e entidades representativas dos estudantes de ensino médio e também do ensino superior capixaba. O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários-ES) possui dois sindicalistas como representantes, titular e suplente, no conselho, sendo o titular sindicalizado há 22 anos e com experiência de 13 anos atuando internamente no sindicato. Outros sindicatos laborais, como a Central Única dos Trabalhadores, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a União Geral dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical de Trabalhadores do ES (NCST-ES) e Força Sindical possuem representação no conselho, mas por falta de acordo entre eles não há indicação de titular e suplente para representá-los no CGTRAN/GV no mandato vigente. A NCST-ES chegou a enviar documento com indicação de representantes em 2016, mas o documento não possuía assinatura das demais centrais sindicais e foi rejeitado pelo conselho. A Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo

(FAMOPES) possui representação no conselho com indicação de seu Coordenador Geral como titular e de outro representante como suplente. Já o Movimento Estudantil (ME) é representado no conselho por duas entidades: a União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo (UESES) que indica um titular e um suplente para representar os estudantes do ensino médio; e o Diretório Central dos Estudantes da Ufes (DCE UFES), que faz a indicação de um titular e um suplente para representar os estudantes de ensino superior. O atual representante da UESES formou-se no ensino médio, mas permanece como representante titular no conselho; e os representantes do DCE UFES são o atual Presidente da entidade como suplente no CGTRAN/GV, e o titular é ex-diretor do DCE UFES, ambos com vínculo de graduação na Universidade Federal do Espírito Santo.

4.3. MEIOS ESTRATÉGICOS DOS MEMBROS DO CGTRAN/GV

A partir da descrição apresentada no item anterior pode-se realizar a análise dos meios estratégicos dos atores membros do CGTRAN/GV.

Apesar da composição legal, a representação prática do conselho torna-se distinta da definida em lei, uma vez que as entidades representantes da sociedade civil organizada, participantes do conselho, se enquadram na prática como não paritárias, ou até mesmo se classificam como não pertencentes aos movimentos sociais em suas atuações no CGTRAN/GV.

Mesmo com uma composição paritária dos representantes dos três segmentos no CGTRAN/GV, os representantes governamentais contam com certa vantagem a partir da análise dos recursos de poder, que podem ser explicados pelos meios táticos e estratégicos descritos em Matus (1996).

4.3.1. Representantes Governamentais

Os representantes governamentais se valem de diversos meios táticos, como uso da imposição, persuasão, negociações cooperativas e mista, e também uso da mediação. Como se verificou na pesquisa documental e por meio das entrevistas, a guerra é uma estratégia utilizada pelo governo, mas por se tratar de uma estratégia-

resposta às ações do movimento estudantil é tratada de forma mais aprofundada quando da análise dos meios táticos utilizados pelo ME.

Cabe ao Governo do Estado do Espírito Santo (Governo) presidir o CGTRAN/GV, por meio do Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, o único Secretário de Estado membro do conselho. Este ator detém com exclusividade a estratégia de **imposição** da vontade de sua representação sobre o conselho, uma vez que se utiliza da hierarquia legalmente pré-definida e da sua autoridade para conduzir as decisões do conselho, fazendo uso desta prerrogativa inclusive antes da realização das reuniões do conselho, conforme descrevem outros atores durante suas inferências na pesquisa, uma vez que realiza interlocuções com outros atores estratégicos do conselho para conduções das políticas a serem definidas nas reuniões do CGTRAN/GV. Por sua capacidade de comando e por sua posição hierárquica superior frente aos demais representantes governamentais no conselho, o uso da imposição fica evidente, segundo relatam outros representantes, sendo este ator, inclusive, orientador de voto dos demais representantes governamentais para as decisões do conselho, conforme se percebe na verbalização de E₁: “Infelizmente a gente não consegue fazer muita coisa pelo fato do Governo ser maioria e ainda tem voto da empresa”.

O Governo utiliza a **persuasão** para obtenção de apoio entre seus representantes, sem necessidade de ceder qualquer tipo de benefício em favor destes, visto que os projetos do Governos são incorporados pelos membros govenamentais no CGTRAN/GV sem dificuldades. Conforme relata E₈, as reuniões do CGTRAN/GV fortalecem os interesses do Governo.

Entre as formas de negociação, o Governo pratica a **negociação cooperativa** na tentativa de conciliar os interesses da sociedade civil e os das empresas, com ganhos positivos para todas as partes envolvidas. Segundo E₅, o Governo utiliza-se de diálogo com instituições organizadas da sociedade.

O conselho é um instrumento formal, importante, que ele (o Governo) utiliza ali, mas eu vejo que ele utiliza outros instrumentos que estão dentro das atribuições do Estado (E₅).

Para E₁, o Governo negocia a partir de interesses próprios e com fins eleitorais.

O interesse deles é muito mais corporativo de manter essas empresas nas licitações, de manter essas empresas rodando, de manter as empresas que estão há anos no transporte público capixaba atuando pra que elas façam os repasses futuros pras campanhas eleitorais. O monopólio é tão grande que as empresas continuam ganhando, o Governo continua ganhando o dele por fora e a justiça não apura, não vai pra cima (E₁).

A **negociação mista** é utilizada quando uma das partes não aceita ceder tanto quanto as demais e parte-se para uma lógica de perdas e ganhos. Um exemplo desta estratégia é o subsídio de parte da tarifa pago pelo Governo às empresas para que a sociedade não pague uma tarifa maior do que a definida pelo conselho. Na visão de E₄ alguém tem que compensar os benefícios concedidos, e normalmente o Governo arca com este custo.

O estudante, ele tem o subsídio. O estudante de ensino médio ele não paga passagem, é gratuito pra ele, bacana. Por outro lado, por exemplo, aí entra a gratuidade acima de 65 anos, as pessoas portadoras de necessidades especiais. Aí tipo assim, a nossa população está se tornando velha, entendeu? Aí tem a gratuidade, aí depois vem os benefícios... para ter a gratuidade alguém paga (E₄).

Esta visão é reforçada por E₆, ao relatar como o Estado arca os serviços sociais relacionados ao transporte público coletivo.

O Estado tem uma política muito forte definida em lei que envolve custos até bem elevados, que é o serviço mão na roda. Então esse serviço tem um custo muito alto, ele, tudo bem, tem um papel social muito importante, só que ele tem um custo muito alto e que acaba pesando no conjunto das tarifas (E₆).

Por outro lado, E₃ critica o alto custeio do transporte pelo Estado enquanto as empresas lucram muito sobre a prestação de serviços.

Se pudesse, a gente, idealizar um transporte gratuito, seria bacana. Mas se tem que pagar, tem que pagar o preço justo. Porque o empresário ganha muito em cima do transporte (E₃).

Por fim, o Governo se presta, por meio da **mediação**, a amenizar as disputas ideológicas entre os segmentos do conselho quando não se tem muitas probabilidades de êxito frente aos debates acalourados de liberais versus socialistas. Essa estratégia é pouco utilizada, visto que é muitas vezes suprimida pelo uso de outras.

4.3.2. Representantes das Empresas da Iniciativa Privada

A **persuasão** é utilizada por um dos atores representantes das empresas com o demais representantes deste segmento, dado a experiência e influência deste frente ao conselho, conforme relatos de outros atores por meio das entrevistas. Mais uma vez é uma estratégia validada pela utilidade dentro de um determinado grupo, ou segmento, e se classifica neste contexto como um meio tático interno ao grupo. O entrevistado E2 critica a atuação de bastidor deste setor.

Eu acho que existem muitos meios de poder fazer isso, e acredito que um deles é uma conversa de bastidor. E, por mera questão institucional, precisa passar no conselho. Então você chega lá já tem uma pauta pronta, não tem um debate prévio. Você é comunicado que tal dia tem a reunião e você vai lá pra poder ter quórum, para poder acontecer a votação e aprovar o que eles querem. Então eu vejo que há uma negociata antecipada e que precisa ser formalizada pelo conselho (E₂).

O entrevistado E1 expõe sua opinião sobre a atuação dos representantes das empresas da iniciativa privada no conselho.

Ali eles fazem papel de atores mesmo, pra poder, creio eu, chamar muito mais atenção da mídia, falando que o sistema está deficitário, que as empresas tomam prejuízos, que por elas, elas não atuariam mais no Espírito Santo, sempre a mesma jogada. Mas entendendo que por trás já resolveram todos os pró-formes, e aí sempre tentam abocanhar mais dinheiro do Governo, que são os repasses que o Governo faz pra essas empresas de transporte, os subsídios. E automaticamente quando o Governo fala que não quer passar mais esse subsídio eles tentam abocanhar da população aumentando o preço da passagem acima do teto, acima da inflação (E₁).

Assim como o Governo, as empresas utilizam-se da **negociação cooperativa**, principalmente na relação com os representantes governamentais no estabelecimento da tarifa, e se servem da **negociação mista**, quando identificam não poderem alcançar seus objetivos sem ter que abrir mão de pequenas perdas. O entrevistado E₂ fala das negociações de bastidores entre empresas e Governo.

Em todo esse processo a gente percebe que há uma espécie de conluio mesmo do Governo com as empresas (E₂).

Ainda quanto às negociações antecipadas, E₁ expõe sua visão sobre os meios utilizados pelos representantes das empresas.

As empresas, a meu ver, elas vão para o conselho, apesar de eu estar a menos tempo no conselho de transporte, elas vão com um jogo de planilhas. Então ela vai ali com a planilha dela tentando mascarar todos os custos, mascarar todas as situações e sempre majorar, pra colocar ali como

se eles fossem as vítimas, como se elas fosse os coitadinhos da história, elas que tomam prejuízo, elas que têm que pagar o ônibus que quebra, elas que têm que arcar com quem pula a roleta... mas sabendo que já foi tudo acordado anteriormente (E₁).

Também sobre os meios utilizados por este segmento, E₃ cita os objetivos das empresas nos momentos de negociação.

Os empresários são puramente o lado econômico. Eles pensam em ganhar, ganhar e ganhar... A câmara de compensação, aquilo que eles falam pra gente, pneu, combustível, etc., etc., todos esses insumos, eles fazem de uma maneira muito econômica, mercadológica, e transporte é direito social, transporte não é mercadoria (E₃).

O entrevistado E₅ confirma a tese de discussão antecipada das políticas públicas.

A gente tem um comitê de infraestrutura, que tem o objetivo de capturar aqui o pensamento, as propostas do setor... e debater com a secretaria de transporte, com a secretaria de desenvolvimento, com a Assembleia Legislativa, com o Ministério Público (E₅).

E ao se questionar E₅ se eles levam projetos pra discussão no CGTRAN a resposta é negativa. Mas ao ser perguntado se o Governo os recebe E₅ afirma que

Recebem, recebem. A gente consegue pautar, a gente consegue contribuir com o debate e em alguns momentos com a execução (E₅).

Mas o principal meio tático utilizado pelas empresas, segundo apontam as exposições orais, inclusive dos próprios representantes empresariais, é a **recompensa e intercâmbio**. A utilização desta estratégia torna-se possível pelo poder econômico destes representantes, que financiam a estrutura da frota de transporte público coletivo na RMGV, empregam a mão de obra necessária para alimentar o negócio e gerenciam a remuneração pela prestação do serviço público de fornecimento de transporte coletivo, atividade esta vista com grande suspeita por representantes da sociedade civil, uma vez que a parceria público privada existente permite que o sindicato das empresas de transporte execute e contabilize a bilhetagem das viagens realizadas no sistema Transcol e realize a cobrança do serviço do Governo. Fica evidente nos conteúdos estudados que os recursos econômicos elevam o poder destes representantes frente aos demais dentro e fora do CGTRAN/GV, conforme critica o entrevistado E₂.

A gente vê dentro das reuniões do conselho, de fato, um verdadeiro complô armado. Você chega lá, e infelizmente o CGTRAN ainda vem fazendo o papel de Cotar, que só vem debatendo só tarifa, reajuste de tarifa (E₂).

Vale um olhar específico sobre um dos atores desta representação: a ONG que desfruta dos recursos econômicos para se beneficiar dos recursos cognitivos. Os conteúdos extraídos das entrevistas evidenciam, e se confirmam pelos próprios representantes, o emprego de debates prévios às reuniões do conselho sobre mobilidade urbana, infraestrutura e logística que são pautados ao Governo, e que por vezes obtêm êxito, usufruindo das obras públicas de mobilidade urbana em proveito dos interesses próprios deste grupo. Com uma pauta em mãos e tendo acesso a informações que outros atores não acessam facilmente, este grupo se beneficia das políticas públicas de transporte. Estes benefícios são vistos como naturais pelos atores deste setor, uma vez que são financiados para fomentarem o desenvolvimento das organizações associadas.

4.3.3. Representantes da Sociedade Civil Organizada

A sociedade capixaba participa do CGTRAN/GV por meio de representantes que são definidos pela legislação de criação do conselho e por decretos posteriores do Governo, que harmonizam as representações não contempladas anteriormente. Nesta representação fazem-se presentes o sindicato dos rodoviários; as centrais sindicais, que como mostrado no levantamento documental não participam da atual composição do conselho por falta de acordo entre as diversas centrais existentes; e a representação das associações de moradores da RMGV. Excluem-se desta análise inicial os representantes do Movimento Estudantil, para que sejam analisados individualmente seus recursos de poder e estratégias a seguir.

Entre os principais meios táticos utilizados pela sociedade civil organizada representada no conselho, estão a **negociação cooperativa** e a **negociação mista**, que desempenham papel de conciliação de interesses, com ou sem perdas, a exemplo dos mesmos meios utilizados pelos demais atores.

Destaca-se que a sociedade possui outros meios estratégicos de que pode se valer quando não conseguem alcançar seus objetivos por meio das negociações. A **coação** é utilizada pelos sindicatos contra as empresas no intuito de ameaça-los com possibilidades de greves. Para outros atores do conselho, os representantes da

sociedade civil não propõem discussões técnicas, mas ideológicas, conforme analisa E₅.

Essa sociedade civil, ela não fala a mesma língua. De maneira geral, os debates são muito rasos. Eles acabam partindo pra uma questão muito mais ideológica do que de fato técnica. Um conselho deste, ele tem que tomar decisões a partir de discussões técnicas. Tarifa de ônibus, qualidade, se ônibus está bom ou está ruim, não tem cor de partido nem de ideologia. Algumas manifestações são um pouco carregadas de pouco conhecimento técnico e mais de opinião. Seria muito bom se um conselho deste fosse técnico, ponto. A planilha é essa, a condição é essa, essa, essa. (E₅).

Por outro lado, E₄ relata a dificuldade de conhecimento técnico da sociedade civil organizada frente a outros atores sociais que possuem dados que não são compartilhados com os demais.

No conselho tarifário, talvez alguns tenham conhecimento técnico para contrapor, o combustível, os insumos, o salário da categoria, o plano de saúde, quanto que é o valor do ônibus. A gente não tem acesso quanto que é combustível, a gente tem ideia quando a gente olha nos postos de gasolina. Enfim, é muito pouco para você questionar... Então eu acho difícil e por isso que eu falo que a decisão é política e não técnica, e quando há discussão a discussão é o que: 'oh, vai ter reunião do conselho tarifário tal dia', e a gente toma conhecimento (E₄).

Emprega-se também a estratégia do **confronto** como estratégia quando a coação não fornece os resultados esperados, sendo este um meio de medição de forças entre as partes, que é mais uma vez utilizado pelos sindicatos contra as empresas de acordo com os conteúdos analisados das partes envolvidas, mas também identificado pelos representantes governamentais como tática dos movimentos sociais em geral contra Governo e empresas, conforme expõe o E₇.

O sindicato sempre bate no Governo, bate pesado. Mas é interessante, democracia é isso, não é? (E₇).

Já a **dissuasão** é exercitada pela representação de associações de moradores, mesmo que de forma tímida, ao se posicionarem contra os problemas de qualidade dos serviços de transporte público coletivo, no intuito de influenciar a opinião pública contra o Governo. Observa-se a valia deste último meio estratégico quando falham as negociações para melhoria dos serviços junto às empresas, conforme relata E₇.

Eu vejo que o interesse deles é esse, é definir inclusive a questão da qualidade dos ônibus, do transporte público que existe hoje e que eles 'batem' (E₇).

O que é reforçado por E₆ ao se referir às propostas apresentadas por parte da sociedade civil organizada.

As propostas são relativas à melhoria dos serviços. Apresentam, obviamente, um posicionamento voltado à melhoria dos serviços (E₆).

4.3.4. Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil possui dois representantes titulares e dois suplentes no CGTRAN/GV, ficando à cargo da UESES e do DCE UFES a indicação de membros que os representem para compor o conselho. Sem recursos econômicos e legais disponíveis, e por vezes sem acesso aos recursos cognitivos, este movimento se destaca dentro dos movimentos sociais pelo fato de tradicionalmente utilizar-se de meios estratégicos ofensivos e conflitivos, de modo a buscar o equilíbrio das relações com os demais atores e na tentativa de pautar políticas públicas de transporte neste espaço de discussão.

A **negociação conflitiva** surge na análise dos dados como estratégia exclusiva do ME, pois aqui o que uma parte busca ganhar depende de perdas da outra parte. É um tipo de negociação de interesses opostos, e com soma zero. A **coação** também é exercida pelo ME, assim como pelos demais representantes da sociedade civil, mas com uma característica peculiar da presença de um discurso agressivo contra o Governo, principalmente. A **dissuasão** é aplicada por este grupo na prática, tendo sido evidenciada pelos atores sociais ao se relatar inclusive exhibições de forças com emprego de outros estudantes realizando protestos no dia e local da reunião do conselho. A demonstração de vontade e capacidade de usar a força própria com eficácia não surtiu efeito na ocasião nem em outros momentos, gerando descrédito deste setor perante os demais membros do conselho. Apesar das tentativas deste segmento em levar discussões para o conselho, há uma resistência por parte dos demais atores, conforme expõe o entrevistado E₆ ao ser questionado sobre debates de mobilidade urbana no conselho.

O conselho tem espaço pra fazer esse debate, obviamente depois de votada a tarifa (E₆).

Outro meio tático utilizado pelo movimento estudantil é a **Guerra**. Essa medição violenta de forças implica o uso de meios bélicos com a intenção causar dano material ao adversário e é direcionado as empresas de iniciativa privada que atuam no transporte público coletivo. O levantamento documental mostra diversos momentos de crise em que o ME se vale de protestos violentos e táticas de guerra para por fogo em ônibus, depredar vias e quebrar cabines de pedágios, lojas comerciais, e também prédios públicos no caminho por onde passam durante os protestos que realizam. Nas entrevistas, ao se referenciar sobre o movimento estudantil, E₇ cita que,

eles brigam pelo transporte gratuito, qualidade do serviço prestado, mas principalmente a questão da tarifa, que eles batem pesado no Governo (E₇).

O principal objetivo do ME destacado pelos demais atores sociais é resumido a tarifa zero e o passe livre para todos estudantes, inclusive citada pelos demais representantes da sociedade civil organizada, além dos representantes governamentais e representantes das empresas da iniciativa privada, conforme opinião de E₆.

Se você olhar no orçamento do Estado você tem um custo hoje na faixa de 110 milhões por ano de subsídio. Então você vê: Quantas escolas você poderia construir? Quantos postos de saúde você poderia construir? Quantos policiais você poderia efetuar o pagamento? De novos servidores policiais protegendo as ruas? Então você tem que pesar. Os recursos são finitos, e acho que essa visão eles não tem (E₆).

Mesma visão sobre os estudantes tem E₄ ao se referir as demandas dos estudantes no CGTRAN.

A questão da tarifa, do preço da passagem, mesmo que seja voto vencido, eles dão a contribuição deles (E₄).

Entretando os representantes deste movimento citam a qualidade da prestação dos serviços, melhorias dos veículos e terminais, expansão de linhas e horários do sistema Transcol, e também uma menor tarifa e passe livre como suas principais bandeiras junto ao CGTRAN/GV e o Governo do Estado.

Fica evidente nos conteúdos das entrevistas, que o ME é um ator social de relevância na discussão sobre políticas públicas de transporte mas que a falta de recursos de poder, tais como recursos econômicos, legais e cognitivos dificultam a ação destes representantes frente ao conselho. Os próprios agentes

governamentais e da sociedade civil organizada citam a importância de participação do ME na composição do conselho, mas não reconhecem as dificuldades de acesso às políticas públicas por parte destes membros, seja no CGTRAN/GV ou fora dele, conforme enfatiza E₄.

Os estudantes têm muito a contribuir, muito mesmo. Eu acho que está muito afastado. Precisa haver provocação, convites, de poder discutir ali realmente por quê é assim (E₄).

A importância deste ator é reforçada por E₆.

Eles sempre têm uma discussão muito grande sobre essa questão de passe livre, de tarifa zero, essas discussões que são pautas de reivindicações de movimentos estudantis (E₆).

A síntese dos meios estratégicos adotados por cada grupo de representantes e atores sociais membros do CGTRAN/GV pode ser visualizado a seguir no Quadro 4. De acordo com a pesquisa, a estratégia de **juízo em tribunais**, elencada por Matus (1996) não é utilizada por nenhum dos atores sociais.

Quadro 4 – Atores sociais e meios táticos e estratégicos no CGTRAN/GV

ATORES SOCIAIS	ESTRATÉGIAS ADOTADAS
Representantes governamentais	Imposição
	Persuasão
	Negociação cooperativa
	Negociação mista
	Mediação
Representantes das empresas da iniciativa privada	Persuasão
	Negociação cooperativa
	Negociação mista
	Recompensa e intercâmbio
Representantes da sociedade civil organizada (exceto movimento estudantil)	Negociação cooperativa
	Negociação mista
	Coação
	Confronto
	Dissuasão
Representantes da sociedade civil organizada – Movimento Estudantil	Negociação conflitiva
	Coação
	Confronto
	Dissuasão
	Guerra

Fonte: Elaboração própria

4.4. ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS COMPOSIÇÕES DE PODER

O levantamento documental mostra que as reuniões do Conselho Gestor dos Sistemas de Transporte Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV) são, na prática, *pro forma*, ou seja, por mera aparência. As políticas públicas de transporte raramente são levadas para discussão

no conselho, o que se discute anualmente, e vez ou outra duas vezes ao ano, são os insumos relativos ao custo da tarifa e os subsídios sociais, arcados pelo Governo.

A partir da análise dos dados primários coletados por meio das entrevistas aplicadas aos atores, cruzada com as informações obtidas no levantamento documental, é possível inferir situações perceptíveis na organização do ME que indicam meios estratégicos de atuação na formulação de políticas públicas de transporte na RMGV.

O ME capixaba se apresenta como um movimento não burocrático, que valoriza o discurso ideológico frente ao tecnocrata. Tal expressão é reforçada por meio da praxis do ME no conselho, com algumas ausências nas reuniões e participações tecnicamente pouco qualificadas, segundo relato dos demais atores entrevistados, reduzindo significativamente a efetividade da sua ação neste espaço de representação.

O ME causa pouco impacto nas políticas públicas de transporte da RMGV, apesar de sua atuação interna no CGTRAN/GV e de suas constantes mobilizações fora do conselho. Isto se dá pelo fato de que o ME não apresenta propostas formais de políticas públicas no CGTRAN/GV. Esta postura de participação pouco propositiva se explica pelas características naturais do movimento, conforme descrito no item 3.2, que trata dos atores sociais e seus recursos de poder. Essa limitação é recorrente na história de atuação do movimento estudantil, conforme demonstrada no item 3.3.1 que trata dos anseios e evolução das bandeiras do ME.

As estratégias de atuação do ME visam principalmente o confronto. Os estudantes valem-se muito das estratégias de negociação conflitiva, coação, dissuasão, confronto e até mesmo da estratégia de guerra quando se colocam frente aos demais atores envolvidos na formação de políticas públicas de transporte.

Deste modo, o ME carece de planejamento e desenho de estratégias políticas para participar dos processos decisórios e poder influenciar de maneira mais efetiva os demais membros do CGTRAN/GV. Por meio da análise dos dados primários, percebe-se as esperanças de outros representantes da sociedade civil organizada depositadas no ME. Um dos atores do conselho define os estudantes como a transformação deste país, como ser pensante e com acesso à educação, conseqüentemente apto a obter acesso aos recursos cognitivos.

Com base nas apresentações do referencial teórico, acredita-se que toda estratégia é pautada em valores ideológicos. A partir desta ideia, verificou-se que o movimento estudantil segue esta linha de raciocínio. Nas falas dos diversos atores membros do CGRAN/GV é possível analisar os valores contidos no discurso e na prática retratada pelo ME.

O viés político presente no discurso do movimento estudantil remete à valores ideológicos encontrados nos principais movimentos sociais ao redor do mundo, tais como equidade social, igualdade de oportunidades e divisão justa da renda, enquanto no Brasil estes valores são complementados pela defesa do direito à terra, direito à moradia e garantia dos direitos sociais. A partir destes valores ideológicos, o ME apresenta modelos teóricos pré-construídos de estratégias de atuação, que são identificados inclusive pelas expressões dos demais atores do CGTRAN/GV ao relatarem os interesses do ME dentro e fora do conselho.

Apesar da representação da sociedade civil organizada no CGTRAN/GV contar com outros atores sociais além do ME, percebe-se o distanciamento dos objetivos deste segmento no conselho, uma vez que atores deste segmento não se inserem na própria representação, conforme demonstra os conteúdos analisados. Desta forma, os interesses do ME tornam-se conflitivos inclusive se confrontados com os interesses dos demais membros da sociedade civil no CGTRAN/GV. Numa lógica que priorizasse as negociações e diálogo, os objetivos do mesmo segmento dentro do conselho seriam complementares, mas essa lógica não é observada nas falas dos atores do CGTRAN/GV. Inclusive, observa-se que o jogo social relacionado às disputas políticas do qual o ME participa no conselho prioriza as estratégias conflitivas.

Por outro lado, a análise dos dados mostra que houve fases ao longo da trajetória do movimento estudantil em que os estudantes se valem de estratégias de atuação indireta, com diálogo, participação maior em conselhos e outros espaços de discussão de políticas públicas. Portanto, em determinados momentos do tempo, é possível observar uma atuação destes atores de maneira não conflitiva.

A situação-objetivo do ME no CGTRAN/GV é a busca pela diminuição da tarifa do transporte coletivo. As principais táticas adotadas pelo movimento para alcance deste objetivo de maneira mais imediata são confronto e guerra. Entretanto o ME

poderia aplicar outras estratégias para provocar pequenas mudanças situacionais e se aproximar aos poucos da situação-objetivo.

Outro foco do ME está na busca do passe livre. Para alcance deste objetivo falta um maior planejamento para apresentação de estudos que corroborem com a demanda frente aos demais conselheiro do CGTRAN/GV. A redução pontual da tarifa, como ocorreu em 2014 é uma tática pra se chegar ao passe livre, mas que não surte o efeito esperado.

E esta falta de efeito das táticas do ME estão diretamente ligadas às dificuldades deste ator em realizar os cálculos do jogo político frente aos demais atores do CGTRAN/GV, visto que o ME não tem acesso aos movimentos e discussões, e até acordos, realizados entre Governo e empresas, ficando numa situação complicada, e tornando-se vítima da situação, estando em desvantagem neste jogo.

Para além disto, o ME não diversifica seus meios táticos, ficando refém das próprias estratégias, e caso elas falhem, como ocorre por vezes, não há planos alternativos de ação. O ideal é que se tenha diversos ramos de campanha, pois quanto mais ramos melhor, pois caso um deles falhe haverá outras opções na tentativa de avançar na busca dos objetivos.

Na busca por evitar estas falhas, o movimento estudantil, enquanto coletivo, tenta criar líderes que deveriam cumprir o papel de pensadores estratégicos, com capacidade operativa para liderança e formulação de estratégias. Apesar deste esforço, não se reconhece no movimento uma única liderança ou atores marcantes para os demais membros do conselho ao explanarem sobre a atuação do ME. Em uma ou outra citação se referencia os estudantes representantes do DCE UFES como principais atores responsáveis pelas mobilizações populares contra o aumento da tarifa do Transcol ou contra o pedágio da 3ª Ponte, mas esta ligação de liderança do movimento, a partir da análise das falas dos entrevistados, é sutil e não se concretiza em figuras de liderança coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa realizada. Por este motivo, faz-se necessário o resgate do objetivo geral, qual seja, compreender os movimentos orgânicos e reivindicatórios dos estudantes enquanto atores sociais no processo de formação de políticas públicas de transporte na RMGV, por meio da utilização de estratégias políticas.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar a composição e os atores sociais envolvidos em políticas públicas de transporte no Conselho Gestor dos Sistemas de Transporte Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV); identificar os momentos de crise e eventos chaves de atuação do movimento estudantil na formação de políticas públicas de transporte; e analisar as estratégias políticas e recursos de poder dos atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de transporte da RMGV.

Os dados coletados, tratados e analisados permitiram identificar os atores membros do conselho CGTRAN/GV e descrever seus recursos de poder e estratégias políticas, à luz dos conceitos de estratégias políticas de Matus (1996). Foi possível, por meio da pesquisa documental, identificar os principais momentos de crise ocasionados pelos reajustes tarifários, ocorridos nos anos de: 2011, em que o Governo voltou atrás na decisão do segundo reajuste da tarifa do transporte público coletivo da RMGV num mesmo ano a partir do enfrentamento do movimento estudantil; 2013, quando as mobilizações estudantis nacionais e locais tomaram proporções gigantescas, mas que rapidamente adormeceram pela falta de planejamento e uso de estratégias visando o longo prazo, mesmo assim, a suspensão do pedágio da 3ª ponte foi uma conquista deste momento; e em 2015, em que o movimento estudantil capixaba conquistou o congelamento da tarifa do Transcol após uso de estratégia de confronto e guerra. Por fim, com uso da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos atores membros do CGTRAN/GV, tornou-se possível analisar as estratégias políticas do movimento estudantil na formulação de políticas públicas de transporte na RMGV.

Os resultados demonstram que a forma de atuação do ME possui lacunas que não permitem que estes atores atinjam seus objetivos, mesmo que no curto prazo as manifestações pareçam gerar resultados, visto que a falta de acesso a recursos de poder é uma dificuldade latente, e que outros atores possuem maior facilidade de acesso às formulações de políticas públicas por se valerem de recursos econômicos, políticos e cognitivos, que o ME possui em pequena escala ou não possui em determinados momentos de sua atuação.

Neste contexto, em conformidade com os resultados apresentados, considera-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados. Com intuito de empoderar o movimento estudantil como ator de fomento das políticas públicas de transporte na RMGV, este estudo trás, em forma de produto final, proposições que visam indicar a estes atores formas de acesso aos recursos de poder e uso de estratégias alternativas às utilizadas atualmente por parte dos estudantes.

Considerando que o assunto abordado neste trabalho não foi exaurido, dado sua complexidade, e com intuito de melhorar a análise do tema, propõe-se estudos futuros para continuidade dos trabalhos nesta área de conhecimento.

O movimento estudantil pode e deve buscar estratégias alternativas para sua atuação. Desta maneira, o próximo capítulo relaciona um conjunto de proposições ao movimento estudantil capixaba.

6. PRODUTO FINAL

Este capítulo apresenta um conjunto de proposições direcionadas ao movimento estudantil capixaba de maneira a colaborar com a atuação deste ator frente aos espaços de representação e atuação na sociedade, com propósito de levar o ME ao alcance dos recursos de poder e o conseqüente empoderamento dos estudantes enquanto ator social.

A partir da linha de pesquisa deste trabalho em Gestão de Operações no Setor Público, que busca compreender a importância da qualidade nas operações de serviços e estuda a importância do planejamento no setor público por meio de elaboração de projetos, pretende-se, com configurações aplicáveis, propor formas alternativas de participação, ação e colaboração efetiva do movimento estudantil na formação de políticas públicas de transporte na RMGV no CGTRAN/GV. O projeto de produto final encontra-se também detalhado no Apêndice F, tendo sido itemizado por acesso aos recursos de poder.

A primeira proposição é que o ME forme grupos técnicos de trabalho e discussão para estudo sistemático das políticas públicas de transporte e análise das planilhas tarifárias do transporte público coletivo na RMGV. Os grupos de discussão podem contar com apoio de consultores especializados na área e professores que debatam o tema na universidade, e podem também serem acessíveis para participação de outros atores da sociedade civil, membros ou não do CGTRAN/GV, todavia, devem manter a autonomia de condução do ME. Estes grupos devem surgir por estímulo do ME, a começar nas áreas de pesquisa e extensão das universidades, que é um ambiente interno, mais acessível e do cotidiano dos estudantes.

O movimento estudantil precisa construir estratégias para viabilizar acesso aos recursos econômicos, uma vez que necessita destes para formação e fortalecimento das ações do próprio movimento. Um caminho é contar com apoio de outros atores da sociedade, como organizações de fomento de pesquisas e interessados nos debates de políticas públicas. Deve-se inicialmente mapear estes atores para posterior articulação.

Inclusive, uma estratégia a ser adotada pelo ME capixaba é a articulação com outros movimentos sociais locais e nacionais, relação fraca ou muitas vezes inexistente atualmente. Essa articulação visa acumulação de força política, e conseqüente busca por recursos políticos, e também pode ser um meio de acesso aos recursos econômicos.

A partir desta articulação, o ME deve formar bases para construção de estratégias que priorizem o diálogo na formação de políticas públicas de transporte. O primeiro passo é abrir agenda de interlocução com os demais atores participantes do CGTRAN/GV na procura por consensos. Desta forma evita-se a prática de confrontos e busca-se outra maneira de atuação, diferente das principais estratégias adotadas mais recentemente.

Ainda na linha de modificação das estratégias, o ME deve mobilizar a sociedade, em especial os atingidos pelas políticas públicas de transporte, no intuito de obter apoio da opinião pública a favor das bandeiras e lutas dos estudantes nesta frente. Esta mobilização deve ocorrer de forma prévia aos confrontos do ME contra governo e empresas de transporte, visto que a intenção é contar com apoio da população caso as estratégias de confronto e guerra sejam necessárias. Atualmente a população tem conhecimento das lutas do movimento estudantil quando este já se encontra nas ruas causando incômodos de trânsito, por exemplo, o que gera, por vezes, insatisfação da população e falta de adesão aos discursos destes atores. Se o ME tiver respaldo da opinião pública quanto suas bandeiras na área de transporte, como por exemplo, a diminuição da tarifa do transporte público, não haverá necessidade de recuo na posição tática dos estudantes, mesmo quando estiverem em embate direto nos campos de batalha. Sem este respaldo a prática atual demonstra que inúmeras vezes, nos momentos de crise, houve necessidade de recuo da posição tática adotada e o ME terminou sua atuação num ponto estratégico anterior de quando a começou, o que é prejudicial ao alcance dos objetivos do movimento.

Depois de adotadas estas estratégias e de posse de recursos políticos e econômicos, o ME pode promover e buscar parcerias para promoção de cursos de capacitação para os estudantes membros do CGTRAN/GV no intuito de qualificar a participação destes estudantes nestes espaços de representação política. Estes cursos podem discutir os meios táticos e estratégicos de atuação, para que o ME se

apropriar de conceitos técnicos e acadêmicos, que podem embasar a busca e alcance de recursos cognitivos.

Por fim, a principal estratégia do movimento estudantil deve ser a de construir e sugerir propostas concretas e objetivas de políticas públicas de transporte, com meta de modificar a mobilidade urbana e despertar melhorias da qualidade e dos serviços públicos de transporte coletivo prestados na RMGV.

REFERÊNCIAS

- ALIKA; ALIANZA, Nueva. Big Up. In: ALIKA; ALIANZA, Nueva. **Mi palabra mi alma**. Argentina: Irie Sudamérica Producciones, 2014. 1 CD. Faixa 2.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937-2007: Da fundação da UNE aos nossos dias**. Ed. Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro, 2007.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DENTE, Bruno; SUBIRATS, Joan. **Decisiones públicas. Análisis y estudio de los procesos de decisión en políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 2014.
- CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política: A pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/MVE1wR>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 9.757, de 16 de dezembro de 2011. Cria o Conselho Gestor dos Sistemas de Transportes Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória – CGTRAN/GV. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Espírito Santo, p. 13-14, 2011.
- FONSECA, Leandra Nascimento; FAGUNDES, Pedro Ernesto. **1968 em foco: Imagens do movimento estudantil capixaba nos arquivos da delegacia de ordem política e social (DOPS/ES)**. Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985). PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011 (Coleção Rumos da História).
- FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M.; TÓVOLLI, Marina H (Ed.). **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2015. 436 p.
- GIBBS, Graham. **Análise dos dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez., 2008.
- GONÇALVES, Betânia Diniz. Impactos da participação e da consciência política na vida das mulheres líderes em política. **Pesquisas e práticas psicossociais 3 (2)**, São João del-Rei, mar. 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. **Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto, Minas Gerais**. Frutal: Ed. Prospectiva, 2013.

_____. (Org.). **Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975)**. 2. ed. Frutal: Ed. Prospectiva, 2013b.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

OXFORD, Dictionaries. **Definition of youthquake in english**. 2017. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/youthquake>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PONT VIDAL, Josep. La investigación de los movimientos sociales desde la sociología y la ciencia política. Una propuesta de aproximación teórica. **Papers**, Barcelona, v. 56, p. 257-272, 1998. Disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v56-pont/pdf-es>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ROSA FILHO, Duarte de Souza. A produção social do reajuste tarifário do transporte metropolitano de passageiros de Porto Alegre na crise de 2004. In: **Anais do XI Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: UFBA, 2009.

_____. **A produção social do campo de deslocamento de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2007. 115 f. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SUBIRATS, Joan. Introducción. in: LINDBLOM, Charles E. **El proceso de elaboración de políticas públicas**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. 2016?. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Tema central do Projeto: Estudo dos recursos de poder dos atores sociais das Políticas Públicas de Transporte na Região Metropolitana da Grande Vitória

Sujeitos da pesquisa: Membros do Conselho Gestor dos Sistemas de Transportes Públicos Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória (CGTRAN/GV)

Pesquisador Responsável: Wesley Vitor da Silva

Orientador: Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima descrito, e em caso de dúvidas poderá entrar em contato via (27) 999-553-506, wesleyvitor@gmail.com, sua participação é totalmente voluntária, e você poderá se recusar a responder qualquer pergunta, bem como deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento. A coleta de dados tem caráter confidencial.

Como um dos instrumentos de pesquisa, será utilizado um questionário semiestruturado para realização de entrevistas, com gravações em áudio e registros em diário de campo. Os dados terão tratamento ético. Os resultados da pesquisa serão apresentados no texto final da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - UFES e poderão ser utilizados para publicação. Por isso, solicito sua autorização por meio da assinatura deste Termo de Consentimento.

Nome completo do (a) entrevistado (a): _____

Contato do (a) entrevistado (a): _____

Declaro ter sido informado e orientado sobre minha participação nesta pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Vitória – ES, ____/____/____ Assinatura: _____

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com representantes da sociedade civil organizada no CGTRAN/GV, exceto movimento estudantil

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO CGTRAN/GV,
EXCETO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Bloco 1 – Identificação

Setor:

Titularidade:

Tempo no Conselho:

Instituição que representa:

Bloco 2 – Histórico de participação social

Há quanto tempo você atua, e como é a sua atuação, no setor de transporte?

Há quanto tempo você atua, e como é a sua atuação, no movimento social?

Como você ingressou no movimento social?

Bloco 3 – Análise de opinião sobre os diversos segmentos

Sobre a representação das empresas

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes das empresas no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos representantes das empresas no conselho?

Sobre a representação do governo

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do governo no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos representantes do governo no conselho?

Bloco 4 – Análise de opinião sobre o movimento estudantil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os principais interesses do movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, como os interesses do movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

Na sua opinião, como os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com representantes governamentais no
CGTRAN/GV**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS NO CGTRAN/GV

Bloco 1 – Identificação

Cargo:

Setor que representa:

Titularidade:

Tempo no Conselho:

Bloco 2 – Histórico e experiências

Você possui alguma formação acadêmica ou experiência profissional na área de transporte público?

Quais os interesses do seu setor/secretaria no Conselho, e como é a sua atuação no mesmo?

Bloco 3 – Análise de opinião sobre os diversos segmentos

Sobre a representação das empresas

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes das empresas no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos representantes das empresas no conselho?

Sobre a representação da sociedade civil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes da sociedade civil no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pela sociedade civil no conselho?

Bloco 4 – Análise de opinião sobre o movimento estudantil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os principais interesses do movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, como os interesses do movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

Na sua opinião, como os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com representantes das empresas da iniciativa privada no CGTRAN/GV

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
REPRESENTANTES DAS EMPRESAS DA INICIATIVA PRIVADA NO
CGTRAN/GV**

Bloco 1 – Identificação

Instituição que representa:

Objeto da instituição:

Tempo no Conselho:

Bloco 2 – Histórico e experiências

Você possui alguma formação acadêmica ou experiência profissional na área de transporte público?

Quais os interesses da sua instituição no Conselho, e como é a sua atuação no mesmo?

Bloco 3 – Análise de opinião sobre os diversos segmentos

Sobre a representação do governo

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do governo no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos representantes do governo no conselho?

Sobre a representação da sociedade civil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes da sociedade civil no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pela sociedade civil no conselho?

Bloco 4 – Análise de opinião sobre o movimento estudantil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil no conselho?

Na sua opinião, quais são os principais interesses do movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, como os interesses do movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

Na sua opinião, como os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

**APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com representantes do movimento
estudantil no CGTRAN/GV**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CGTRAN/GV

Bloco 1 – Identificação

Instituição de Ensino:

Idade:

Titularidade:

Tempo no Conselho:

Bloco 2 – Histórico de participação social

Há quanto tempo você atua, e como é a sua atuação pessoal, no setor de transporte?

Há quanto tempo atua, e como é a sua atuação pessoal, no movimento estudantil?

Como você ingressou no movimento estudantil?

Bloco 3 – Análise de opinião sobre os diversos segmentos

Sobre os interesses e atuação do setor empresarial no Conselho

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes das empresas no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos membros representantes das empresas no conselho?

Sobre os interesses e atuação do setor governamental no Conselho

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do governo no conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos membros representantes do governo no conselho?

Sobre os interesses e atuação do segmento estudantil

Na sua opinião, quais são os interesses dos membros representantes do movimento estudantil no conselho, e como deve ser a atuação deste segmento?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelos membros representantes do movimento estudantil no conselho?

Bloco 4 – Análise de opinião sobre o movimento estudantil

Na sua opinião, quais são os principais interesses do movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, quais são os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil fora do conselho?

Na sua opinião, como os interesses do movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

Na sua opinião, como os meios de negociação utilizados pelo movimento estudantil, dentro e fora do conselho, se relacionam?

APÊNDICE F – Projeto de produto final a ser entregue ao ME capixaba



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

PRODUTO TÉCNICO RESULTANTE DE DISSERTAÇÃO

Proponente:	Wesley Vitor da Silva
Matrícula:	2015230327

Título:	ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA
----------------	---

PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA - DADOS DO PROPONENTE	
NOME: WESLEY VITOR DA SILVA	
TELEFONE CELULAR: (27) 999-553-506	TELEFONE COMERCIAL: (27) 3357-7523
INSTITUIÇÃO DE VÍNCULO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
DEPARTAMENTO: OUVIDORIA	CARGO: ADMINISTRADOR
E-MAIL: wesleyvitor@gmail.com	

PROPOSIÇÕES DE ESTRATÉGIAS AO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA ACESSO AOS RECURSOS DE PODER NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO AO CGTRAN/GV

ACESSO AOS RECURSOS ECONÔMICOS:

- O ME deve elaborar projetos de pesquisa em políticas públicas e buscar financiamento junto às instituições de fomento destas atividades;
- Elaborar projetos de políticas públicas e buscar recursos junto à iniciativa privada, com preferência para empresas fora do setor da política em questão, no intuito de sempre manter a autonomia do movimento;
- Elaborar projetos de políticas públicas e buscar recursos junto à iniciativa pública;
- Elaborar projetos de políticas públicas e buscar recursos junto às entidades da sociedade civil organizada, como por exemplo: projeto de melhoria viária em determinado bairro e busca de financiamento junto à associação de moradores daquele bairro;
- Elaborar projetos de políticas públicas e buscar recursos junto à iniciativa pública;
- Articular projetos junto a outras entidades de representação local e nacional com finalidade de financiamento.

ACESSO AOS RECURSOS POLÍTICOS:

- Mapear movimentos sociais existentes no ES;
- Contatar os movimentos sociais existentes e abrir canal de diálogo com as diversas representações;
- Articular projetos junto a outras entidades de representação local e nacional com finalidade de apoio mútuo às iniciativas dos segmentos;
- Elaborar projetos de políticas públicas e buscar apoio e colaboração junto às entidades da sociedade civil organizada, como por exemplo: projeto de melhoria viária em determinado bairro e busca de apoio político junto à associação de moradores daquele bairro;

- Abrir agenda de interlocução com os demais atores participantes do CGTRAN/GV na procura por consensos;
- Cobrar posicionamento dos representantes da sociedade civil no CGTRAN/GV;
- Cobrar indicação das representações em vacância por parte da sociedade civil organizada, no intuito de diminuir a desvantagem numérica no CGTRAN/GV;
- Mobilizar a sociedade, em especial os atingidos pelas políticas públicas de transporte, no intuito de obter apoio da opinião pública a favor das bandeiras e lutas dos estudantes nesta frente.

ACESSO AOS RECURSOS ORGANIZATIVOS:

- Formação de grupos técnicos de discussão para estudo sistemático das políticas públicas de transporte do ES;
- Formação de grupos técnicos de trabalho para estudo sistemático e análise das planilhas tarifárias do transporte público coletivo na RMGV;
- Os grupos de discussão e de trabalho devem convidar professores, consultores especializados e estudiosos nas áreas de transporte público;
- Os grupos de discussão e de trabalho do ME podem convidar outros representantes da sociedade civil organizada para comporem os grupos;
- O ME da UFES deve estimular atividades de pesquisa e extensão na área de políticas públicas;
- Formar bases para construção de estratégias que priorizem o diálogo na formação de políticas públicas de transporte;
- Analisar a composição do CGTRAN/GV e os mandatos vigentes para cobrar organização e legalidade por parte do conselho;
- Construir e sugerir propostas concretas e objetivas de políticas públicas de transporte, com meta de modificar a mobilidade urbana e despertar melhorias da qualidade e dos serviços públicos de transporte coletivo prestados na RMGV.

ACESSO AOS RECURSOS COGNITIVOS:

- Promover e buscar parcerias para promoção de cursos de capacitação para os estudantes membros do CGTRAN/GV no intuito de qualificar a participação destes estudantes nestes espaços de representação política;
- Criar grupos de estudo sobre transparência para acessar os dados governamentais, valendo-se da Lei de Acesso à Informação;
- Planejar meios táticos e estratégicos para o ME nas diversas possibilidades de cenários de atuação nos conselhos, mobilizações e ações próprias.